

10^o CECUT-SC

**25 anos organizando
os trabalhadores
para as lutas
e conquistas**

Florianópolis - Escola Sindical Sul,

01 a 03 de julho de 2009

TextO da direção

Publicado em 01 de abril de 2009

APRESENTAÇÃO

É mais fácil mimeografar o passado que imprimir o futuro...
Zeca Baleiro

Companheiros e companheiras,

A CUT, cuja missão definida em Estatuto é a *"defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, articulando-os à luta por melhores condições de vida e de trabalho, e engajada no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo"*, é uma concepção sindical organizada horizontal e verticalmente sob os princípios da autonomia e liberdade sindical, da democracia, da unidade e da solidariedade da classe trabalhadora.

Com esta missão, a **CUT** se autoconstruiu nos seus **25 anos** com estratégias amplamente discutidas e implementadas mediante as táticas da organização, da mobilização, da formação e da representação política. Muito mais que uma organização de prestação de serviços, ainda que preste assessoria em planejamentos, negociações e formação para as entidades filiadas, a CUT é uma organização de autorrepresentação da classe trabalhadora, com o papel de negociar com empregadores, gestores públicos e parlamentares a garantia e ampliação de direitos. Papel também de disputar o modelo de Estado, democratizando-o e colocando-o a serviço de toda a sociedade mediante o acesso às condições dignas de trabalho e de vida, assim como forjando a construção de um novo modelo sócio-econômico, político e cultural pautado nas nossas discussões de desenvolvimento sustentável e solidário.

Assim como os desafios sócio-econômicos, culturais e políticos de cada momento histórico, a CUT está em constante processo de mudança, marcada tanto pelos limites e contradições que emergem da própria natureza humana de suas lideranças quanto pelas conquistas e avanços significativos para os trabalhadores e trabalhadoras dessa imensa nação brasileira.

Para cumprir sua missão, a Central executa seu projeto político sindical focado em quatro eixos estratégicos de atuação, que norteiam a atuação de seus dirigentes e a ações que articuladas junto aos sindicatos, federações e confederações filiadas e/ou orgânicas.

- 1º. Atuação frente à relação capital – trabalho;
- 2º. Atuação frente ao modelo sócio-econômico, político e cultural hegemônico excludente;
- 3º. Atuação em relação à solidariedade de classe trabalhadora em âmbito local, nacional e internacional;
- 4º. Atuação para o seu fortalecimento interno (organização, gestão e estrutura).

Para as discussões do 10º CECUT - *que começam com as Plenárias Regionais mediante a leitura, o debate e a aprovação de proposições, tanto de emendas aditivas quanto de substitutivas e/ou supressivas ao balanço da Gestão 2006-2009 e à conjuntura, estratégias e plano de lutas para o período 2009-2012*, e que terminam nos debates em plenário estadual nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2009, quando novas propostas ainda poderão ser apresentadas - estamos, enquanto Direção Estadual, apresentando o texto que segue, redigido a partir dos quatro eixos estratégicos acima citados e com uma discussão de fundo, que é a discussão sobre o projeto de sociedade que estamos construindo e que queremos construir. Uma ousadia que reflete a mesma ousadia com a qual fizemos a **CUT** nos seus **25 anos**, ainda que seja, *"mais fácil mimeografar o passado que imprimir o futuro"*.

Em anexo, seguem outras duas contribuições ao debate.

Boa leitura e bom debate.

Neudi Antônio Giachini
Presidente CUT SC e Coordenador Geral do 10º CECUT

APRESENTAÇÃO.....	2
Balanco Gestão 2006-2009.....	4
1º eixo - Embates diretos com os representantes do capital.....	4
2º eixo - Atuação frente ao modelo sócio-econômico, político e cultural hegemônico excludente.....	6
3º eixo - Solidariedade de classe trabalhadora.....	10
4º eixo - Fortalecimento interno.....	10
Da conjuntura internacional, nacional e estadual às estratégias da CUT SC para o período 2009-2012.....	20
A atual conjuntura sócioeconômica e ambiental e os grandes desafios para o movimento sindical cutista.....	20
Fome e aquecimento global: a verdadeira face do capitalismo.....	20
Obama e a crise financeira.....	21
A crise no Brasil.....	22
A crise em Santa Catarina.....	23
A repercussão da crise monetária internacional nas relações de trabalho e os desafios para o movimento sindical combativo.....	24
O capitalismo fracassou e a reconstrução do socialismo é necessidade urgente.....	25
Por um novo projeto de desenvolvimento.....	27
1º eixo - Atuação frente à relação capital – trabalho.....	28
2º eixo - Atuação cutista frente ao modelo sócio-econômico, político e cultural hegemônico excludente.....	30
3º eixo - Atuação em relação a solidariedade de classe.....	34
4º eixo - Atuação cutista para o seu fortalecimento: organização e gestão.....	35
Quadro de entidades filiadas.....	35
Coletivo Estadual de Apoio e Criação de Novas Entidades Sindicais.....	36
Formação sindical.....	36
Políticas setoriais: Mulher, Contra a Discriminação Racial e Saúde do Trabalhador.....	37
Regionais.....	38
Comunicação.....	38
Gestão financeira.....	38
Direção.....	38
Organização vertical.....	39
PLANO DE LUTAS.....	42
ANEXO 1 - Contribuição dos companheiros(as)..... ao 10º CECUT.....	43
ANEXO 2 - Contribuições da corrente sindical Esquerda Marxista:.....	47
SIGLAS.....	50

1

Balanço Gestão 2006-2009

2 1º eixo - Embates diretos com os representantes do capital

3 Dos quatro eixos estratégicos de atuação cutista, o primeiro está no campo da relação capital – trabalho.
4 Nesse, temos os embates diretos com os representantes do capital, tanto os empresários e grandes
5 executivos quanto os seus representantes na esfera política, mais precisamente os que exercem
6 mandatos nos Executivos e Legislativos da União, dos Estados e dos Municípios, com desafios de lutar
7 por melhores salários e pela garantia de condições de trabalho dignas com a natureza humana.
8 Condições que estão relacionadas ao meio ambiente de trabalho, isto é, ao local, aos equipamentos
9 disponíveis, à organização e às relações sociais de trabalho a fim de preservar a integridade física, moral
10 e psicológica dos trabalhadores e trabalhadoras.

11 Dos embates diretos com os empregadores, onde os desafios passam pelas mesas de negociações
12 coletivas e pelas disputas no campo da legislação, muitos deles requerendo pressões mediante
13 mobilizações, as deliberações do 9º CECUT e da 12ª Plenária Estadual foram de promover a **campanha**
14 **salarial unificada, com a participação e/ou promoção de seminários** para a discussão de pautas
15 e diretrizes comuns a serem negociadas. Por conta da deliberação da Direção no Planejamento realizado
16 após o Congresso, de incentivar as entidades cutistas em participar nos seminários promovidos pelo
17 Dieese, as ações se limitaram na promoção, pela Coordenação da Regional Meio Oeste em parceria com
18 o Dieese, de dois seminários em Caçador e na participação de dirigentes da Executiva, em especial do
19 Presidente, e de poucas entidades cutistas nos debates promovidos e articulados pelo Dieese.

20 Outra deliberação que acabou sendo modestamente assumida pelo sindicalismo cutista catarinense,
21 apesar da participação em debates nas Regionais e na TVCom, foi a **campanha pela redução da**
22 **jornada de trabalho sem redução de salários**, inclusive com a baixíssima quantidade de assinaturas
23 do abaixo-assinado e de trabalhadores no ato na ALESC, em abril de 2008. Nessa mesma linha, a
24 deliberação de **não aceitar banco de horas e lutar por dispositivos legais que limitem as horas**
25 **extras** foi pautada pela Direção em vários debates e espaços, especialmente nas atividades de formação
26 de Concepção e Prática Sindical e nas discussões para formulação de pautas de negociação, porém sem
27 avançar na articulação do debate junto aos parlamentares catarinense a fim de assegurar algum
28 dispositivo legal que coíba a ação.

29 Em relação a deliberação de articular junto à CUT Nacional e aos parlamentares catarinenses um **projeto**
30 **de lei para revogar o Art. 37 da Emenda 45**, que impede o ajuizamento de Convenção Coletiva
31 quando o patrão se nega a negociar, esta foi pautada e amplamente discutida na 12ª Plenária Nacional,
32 resultando no compromisso da CUT Nacional em lutar para assegurar juridicamente a ultratividade, que é
33 a continuidade da Convenção e/ou Acordo Coletivo até que uma nova Convenção e/ou Acordo Coletivo
34 não seja firmado.

35 Sobre a deliberação de **fortalecer as lutas dos servidores públicos**, sobretudo para que lhes sejam
36 garantidos, entre outros, **o direito de negociação coletiva anual** (daí também a luta pela ratificação
37 da Conv. 151 da OIT), participamos nos vários atos e mobilizações realizadas, a exemplo dos atos do
38 SINTE, SINTESPE, Municípios de Fpolis e APRASC no dia 12 de março do corrente, na capital, que,
39 apesar das fortes chuvas, reuniu quase três mil trabalhadores, além de encampar a discussão nas
40 atividades de formação que realizamos junto as várias categorias e distribuir as cartilhas da CUT sobre o
41 tema, fazendo o mesmo com a deliberação de defesa do PL 6141/02, que trata do **direito de greve nos**
42 **serviços públicos**, formulado com a contribuição da CUT.

43 Firmamos, também, em vários debates e documentos a importância das ações do SINTE e da CNTE **pela**
44 **aprovação e implementação do piso nacional de salários dos professores**, encaminhado ao
45 Congresso pelo Presidente Lula e sancionado por ele em 2008, mas que sofre Ação Direta de

46 Inconstitucionalidade impetrada por quatro Governadores, dentre eles o catarinense Luiz Henrique da
47 Silveira, que se nega cumprir a lei, assim como muitos prefeitos catarinenses, dificultando as negociações
48 e continuando com suas políticas de abono e premiação.

49 Da deliberação de discutir e fortalecer junto a CUT Nacional ações de **combate à exploração das**
50 **relações informais de trabalho**, ainda que firmando nossas posições contrárias à terceirização em
51 vários momentos, não intensificamos uma luta específica. Nessa mesma linha, reafirmamos nossa
52 bandeira **contra o trabalho aos domingos e feriados** abordando o tema em todos os espaços
53 possíveis e oportunos, inclusive, em alguns momentos, com documentos e cartilhas distribuídas.

54 Defendemos a ratificação das **Convenções da OIT, 158** (Contra as demissões imotivadas) e **87** (sobre
55 a liberdade e proteção do direito de sindicalização) e **151** (sobre o direito de negociação coletiva o
56 serviço público), participando em vários debates com a sociedade, seja na TVCom, em universidades e
57 em seminários promovidos pelas instâncias cutistas, como a Escola Técnica de Turismo e Hotelaria Canto
58 da Ilha e entidades filiadas.

59 Ratificamos, na 12ª Plenária estadual, a deliberação da Direção em lutar pela implantação do **Piso**
60 **Salarial Estadual**, que teve nossa participação na formulação e articulação da proposta, junto com o
61 Dieese e demais Centrais Sindicais, mediante inúmeras ações nos últimos três anos, para que o
62 Governador LHS encaminhasse o Projeto de Lei à ALESC. Apesar das várias tentativas de audiências e da
63 realização da Audiência Pública na ALESC, dos atos regionais, panfletagens, outdoors e articulações
64 políticas com parlamentares estaduais e federais, da base e da oposição, para que o Governador
65 recebesse o Movimento Sindical, não conseguimos sensibilizá-lo, sequer ao debate, muito menos que
66 encampasse a proposta, demonstrando sua opção em atender aos interesses da FIESC em detrimento do
67 pleito dos trabalhadores. A exemplo da primeira convocatória, em dezembro de 2008, com o objetivo de
68 esvaziar o Ato programado para ser realizado na capital, cancelando-a em seguida, LHS convocou o
69 Movimento Sindical para dialogar sobre a proposta somente em março, após o Movimento encampar uma
70 campanha de abaixo assinado para apresentar a proposta mediante um Projeto de Lei de iniciativa
71 popular.

72 Além dessas, entre outras deliberações e ações, realizamos inúmeros debates e mobilizações em várias
73 Regionais **contra a Emenda 3¹**, culminando com um grande ato na capital, em maio de 2007.

74 Participamos de todas as **marchas à Brasília**, ainda que em algumas com a pouca participação das
75 nossas bases. Como resultado dessas marchas, conquistamos a inédita política de reajuste do salário
76 mínimo, garantindo, além do INPC, o aumento real pelo percentual de crescimento do PIB.

¹ **Emenda 3** – Trata-se de um artigo que um senador do PMDB, representando os interesses dos grandes empresários, inseriu no Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, encaminhado ao Congresso pelo Governo Lula, que trata das receitas da União mediante a instituição da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou "Super-Receita". Essa Emenda 3 é um incentivo para que as empresas deixem de contratar empregados, substituindo-os por empresas jurídicas individuais. Ou seja, os trabalhadores deixarão de ser empregados, passando a ser pessoas jurídicas. Assim, em vez de sermos contratados com FGTS, férias, INSS, vale transporte, licença maternidade e inúmeros outros direitos, passaremos a ter que pagar impostos, contabilidade e cuidar de burocracias administrativas, pois seremos obrigados a emitir nota fiscal de serviços para as empresas que nos contratarem. Isso é um golpe na classe trabalhadora. Lula vetou essa emenda, mas 370 parlamentares querem manter a emenda. Ou seja, eles querem fazer a reforma trabalhista aos poucos, pois sabem que se apresentarem um grande projeto sobre esse tema, nós, trabalhadores sindicalizados, vamos para as ruas, vamos ocupar os órgãos públicos, as portas de fábricas, os aeroportos, o Congresso Nacional para garantir nossos direitos. Se aprovada, a emenda 3 será mais um avanço dos grandes empresários contra os trabalhadores, que querem nos dividir, para enfraquecer nossa capacidade de negociação salarial; nos dividir em dois tipos de trabalhadores: os trabalhadores parceiros (aqueles que se transformaram em pessoa jurídica) e os "outros" trabalhadores, que são aqueles que eles não optarem ou mesmo não conseguirem ser contratados como pessoa jurídica.

77 **2º eixo - Atuação frente ao modelo sócio-econômico, político e cultural**
78 **hegemônico excludente**

79 Nesse segundo eixo estratégico de atuação, além do enfrentamento com as elites que nos 500 anos de
80 Brasil dominaram o país, hegemonizando sua ideologia e interesses através dos meios de comunicação,
81 da educação, da política e da economia, temos, além das posições e ações contra o modelo de
82 desenvolvimento neoliberal hegemônico em crise, mas resistente, focado na cultura de consumo
83 norteamericano, as discussões em torno da construção de outro modelo de desenvolvimento, pautado na
84 nossa concepção de desenvolvimento sustentável e solidário, que vai além do crescimento econômico
85 com distribuição de renda, pois demanda uma nova concepção tanto do papel do Estado quanto da
86 organização da produção, da comercialização, do crédito e do consumo, que devem estar voltados a
87 preservar a vida em todas as formas e dimensões.

88 Com esses desafios, nossas lutas iniciam com a **disputa do modelo de Estado**, tanto na estrutura
89 quanto na gestão, com os objetivos de inverter as prioridades historicamente pautadas pelas elites
90 nacionais que relegaram grande maioria da população à exclusão, garantindo políticas, programas e
91 ações que democratizem o acesso aos direitos fundamentais mediante a ampliação das políticas públicas
92 de saúde, de moradia, de educação, de transporte, de acesso ao crédito e de renda mínima; as políticas
93 de igualdade de gênero, de respeito às diferenças étnicas/raciais e de orientação sexual. Lutas que
94 passam pelas eleições para os cargos públicos e pela participação nos espaços de formulação e gestão
95 das políticas públicas, que são os Conselhos, as Conferências, Fóruns e Audiências Públicas.

96 No que se refere às eleições, a partir da histórica concepção cutista de apoiar as candidaturas do campo
97 democrático e popular para os executivos e legislativos: federal, estaduais e municipais, o 9º CECUT
98 deliberou em **apoiar a reeleição de Lula e a candidatura do petista José Fritsch** ao Governo do
99 Estado, sem, contudo, abrir mão das críticas e apresentação de propostas classistas. Em 2008, por
100 ocasião da 12ª Plenária, não só deliberou pelo incentivo aos nossos dirigentes em participar da
101 construção de candidaturas do campo democrático e popular nas eleições municipais, como também
102 pautou a necessidade de uma **avaliação da relação entre a Central e os partidos e**
103 **parlamentares, e vice-versa**.

104 Sobre a avaliação da relação entre a CUT e os partidos e parlamentares, e vice-versa que, apesar de uma
105 maior aproximação no último ano, ainda não foi realizada, nossa compreensão é de que esse debate seja
106 feito pela Central, inicialmente nas instâncias internas e, na sequência, junto com o partido e
107 parlamentares, sob pena de nos distanciarmos cada vez mais, isolando forças e minimizando a
108 capacidade de enfrentamento da classe trabalhadora, que muito já fez no processo de democratização do
109 Estado brasileiro.

110 Para essa avaliação, destacamos a importância de considerar que, diferente do que ocorria nas décadas
111 de 80, 90 e início da atual, a CUT não é mais aquele campo eclético de forças partidárias. Sem a
112 presença efetiva de militantes e dirigentes do PCdoB, do PSTU, do PSB e de outros partidos que até
113 então integravam, com suas entidades sindicais, os quadros da Central, a CUT deverá pontuar que essa
114 avaliação seja feita especificamente com o PT, uma vez que os demais partidos políticos já têm definido
115 suas relações institucionais específicas, cada um priorizando uma Central Sindical em particular. Exemplo
116 disso é o PDT, com a Força Sindical, o PSTU, que criou a Conlutas e o PCdoB, com a sua recém criada
117 CTB. Não assumir essa identidade, é perder espaço e, por isso, o respaldo político em lutas que precisam
118 ser travadas na disputa de hegemonia do nosso projeto para a sociedade. Essa explicitação CUT e PT,
119 dada a origem comum e relação histórica entre ambas as instituições, não deverá, contudo cooptar a
120 autonomia política e operacional da Central, inibindo oposições sindicais onde se fazem necessárias,
121 como ocorreu em algumas situações nos últimos anos. Ou seja, por conta do companheirismo partidário,
122 deixamos de fazer algumas oposições sindicais. Esse debate estratégico com o Partido dos Trabalhadores
123 precisa ser urgentemente feito, sob pena de nos distanciarmos cada vez mais, isolando forças e

124 minimizando a capacidade de enfiamento da classe trabalhadora, que muito já fez no processo de
125 democratização do Estado brasileiro.

126 Em relação aos **Governos Lula e LHS**, ambos reeleitos em 2006, a CUT deliberou na 12ª Plenária
127 intensificar a pressão não só para assegurar os direitos adquiridos, mas, também, conquistar novos
128 direitos.

129 No âmbito do **Governo Federal**, nossa avaliação é de que precisamos intensificar nossas ações, ainda
130 que registrando inúmeros avanços, principalmente pelo fato de ter estancado a política de Estado mínimo
131 da era FHC, como as privatizações e, sobretudo, no campo das relações de trabalho, ao barrar o
132 processo de flexibilização da legislação trabalhista e ao contratar e melhorar, com aumentos reais, os
133 salários dos servidores públicos federal, além das conquistas nas políticas sociais e de renda, como o
134 Bolsa Família, a política de reajuste do salário mínimo e o reajuste na tabela do Imposto de Renda.

135 Porém, precisamos intensificar nossas ações porque não é possível que o Governo representante dos
136 trabalhadores, depois de 8 anos e com o índice de popularidade em 80%, encerre seu segundo mandato
137 sem a revogação do fator previdenciário; sem uma política de reajuste dos aposentados; sem a reforma
138 sindical e política; sem uma reforma fundiária efetiva, com um amplo projeto de desenvolvimento da
139 agricultura familiar no país, setor responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos consumidos
140 internamente no Brasil. No campo da saúde pública, o Programa Saúde na Família, com ações e recursos
141 específicos, está completamente descaracterizado na grande maioria dos municípios, que alocam os
142 recursos do Programa para as ações básicas de saúde previstas no atendimento do SUS, adequando o
143 PSF aos interesses das administrações municipais pela incompetência destes e dos Governos estaduais. O
144 acesso dos usuários do SUS às consultas médicas especializadas e exames, mesmo aqueles não tão
145 complexos, ainda dependem da ingerência do apadrinhamento político nos pequenos municípios
146 brasileiros, caso contrário levam meses ou mesmo anos para serem agendados. Na educação, em pese
147 os avanços com a aprovação do piso nacional dos professores, a política afirmativa de cotas, o PROUNI,
148 entre outras, é inadmissível que professores continuem em salas de aulas com 40 ou 50 crianças ou
149 adolescentes, trabalhando mais de 40 horas semanais nas condições em que se encontram a grande
150 maioria das escolas públicas estaduais e municipais, numa vergonhosa e desastrosa fragmentação de
151 estruturas e de recursos públicos entre União, Estados e Municípios.

152 Em relação à **Gestão do Estado de SC** pelo Governo Luís Henrique da Silveira, este, com sua política
153 de Estado mínimo, as projeções que fizemos, por ocasião das eleições, em 2006, de que as dificuldades
154 em avançar em políticas públicas seriam extremas, vem se confirmando cada vez mais. Ou seja, no
155 segundo mandato, LHS se voltou ainda mais para a máquina administrativa e para os interesses do seu
156 partido e do capital representados na FIESC, sem o menor investimento na democratização do Estado e
157 nas melhorias das políticas públicas de educação, saúde, entre outras. Nossas entidades sindicais não
158 conseguem, sequer, dialogar com o Governador, a exemplo das lutas das Centrais Sindicais que
159 tentaram, sob todas as formas, negociar a implantação do piso salarial estadual, e das lutas dos
160 servidores nas tentativas de negociação coletiva. Ainda assim, destacamos algumas lutas deliberadas
161 pelo 9º CECUT e/ou 12ª Plenária Estadual, como as lutas contra a Reforma Administrativa, contra a
162 criação do IPREV, contra a privatização do HEMOSC, do CEPON e a defesa da instalação da Defensoria
163 Pública Estadual.

164 No que se refere à luta contra a criação do **IPREV**, além da máquina política e administrativa de LHS,
165 não conseguimos ampliar a discussão e a participação do conjunto das entidades filiadas nas lutas
166 protagonizadas, sobretudo, pelo SINTESPE, apesar dos seminários regionais e das discussões que
167 promovemos nas reuniões da Direção, na 12ª Plenária Estadual e nas Plenárias Regionais que
168 antecederam a Estadual.

169 Da deliberação de lutar contra as privatizações do **HEMOSC e CEPON**, também ficamos mais no âmbito
170 da deliberação de posição do que em ações propriamente ditas, apesar da participação de representação

171 da Executiva Estadual nas mobilizações coordenadas pelo Movimento contra a Privatização do
172 HEMOSC/CEPON.

173 Nos debates da terceira **reforma administrativa** realizada em 2007, pautamos a retirada do projeto da
174 ALESC e apresentamos outras pautas que deveriam antecipar a proposta tal qual apresentada pelo
175 Governador. Com a nossa fragmentação - pois assim como as lutas do IPREV, os atos e mobilizações
176 contra a Reforma Administrativa não foram encampadas pelo conjunto das entidades sindicais - e a força
177 esmagadora da Tríplice Aliança, esta foi mais uma vitória do Governo LHS. Na verdade, as lutas contra o
178 Governo do Estado na busca de direitos têm sido muito fragmentadas, a começar pelos próprios
179 servidores estaduais, com inúmeras entidades sindicais, cada uma tentando, no seu tempo, dinâmica e
180 condições, negociar com o Governador, que sequer senta para o diálogo.

181 Em relação à deliberação da 12ª Plenária estadual, reafirmando a deliberação da Direção Estadual em
182 2007, de participar do Movimento pela implantação da **Defensoria Pública no Estado de SC**, único
183 Estado da Federação sem ter esse organismo de serviço público, as ações contaram com a participação
184 de dirigentes da Executiva em reuniões, fóruns e debates, precisando a discussão ser ampliada para
185 dentro do movimento sindical cutista, sobretudo devido ao caos em que se encontra a segurança pública
186 no Estado catarinense. A falta de uma Defensoria Pública é, sem dúvida, um dos fatores que tem
187 colocado o Estado entre os piores do país no ranking do caos do Sistema Prisional.

188 Ainda no campo da disputa de hegemonia, deliberamos pela retirada do **BESC** do Plano Nacional de
189 Desestatização (PND), assim como a revogação do próprio Plano, e defendemos as propostas da FETEC
190 em transformar o BESC em um Banco Público Regional. Infelizmente acabamos também sendo
191 extremamente modestos em relação ao Movimento, ou pela nossa incapacidade em articular nossas
192 bases ou pelo ceticismo na acolhida da proposta pelo Governo Federal. Como fechamento desse
193 processo, tivemos o BESC incorporado pelo Banco do Brasil (BB), com ganhos para Luiz Henrique da
194 Silveira, que recebeu recursos para sua política de apadrinhamentos, e ganhos para o BB, ao ampliar sua
195 carteira de clientes. Aos trabalhadores(as) sobraram as ameaças de desempregos e ao povo catarinense
196 a perda de uma instituição financeira estatal própria presente em todos os municípios do território
197 barriga verde, que poderia fazer a diferença no desenvolvimento local do Estado.

198 No âmbito da gestão das políticas públicas, nossa posição de participar nos **Conselhos, Conferências e**
199 **Audiências Públicas**, com o papel de formular e disputar reformas estruturais, políticas públicas e
200 sociais mediante a participação qualificada e de fato representativa de nossos dirigentes, deliberamos, na
201 12ª Plenária Estadual, realizar seminários anuais com o objetivo de socializar e pontuar as discussões
202 cutistas nas várias políticas públicas. Deliberação, contudo, não implementada em 2008, até por conta da
203 pouca participação cutista nesses espaços, principalmente no âmbito estadual. Participação que vem
204 diminuído muito ano após ano, apesar dos esforços em participar das Conferências da Mulher (2007) e
205 da Juventude (2008) e, apesar, também, da bem sucedida participação na Conferência Estadual de
206 Saúde do Trabalhador. Cabe ao movimento sindical cutista avaliar se o refluxo de participação nos
207 Conselhos e Fóruns está ocorrendo somente no âmbito estadual ou se o mesmo vem ocorrendo também
208 nos municípios; avaliar se esse possível refluxo se deve ao descrédito da função desses espaços, muitos
209 deles com caráter apenas consultivo, ou se o motivo está na falta de dirigentes sindicais comprometidos
210 e dispostos com essas temáticas.

211 No que se refere à **Conferência da Juventude**, apesar dos esforços de dirigentes cutistas, nossa
212 participação, tanto na etapa Estadual quanto regionais, ficou prejudicada devido a condução do processo
213 pelo Governo do Estado. Com outros movimentos sociais e populares, nos articulamos contra a forma
214 antidemocrática usada pelo Governo na coordenação mas, mesmo que sob muitos protestos e pressão,
215 as datas das conferências não foram informadas para a sociedade organizada, impondo a estratégia que
216 adotou para inibir a participação de outros setores da sociedade e cooptar politicamente a Conferência
217 mediante a realização pelas SDR – Secretarias de Desenvolvimento Regional através das Escolas
218 Estaduais, com a participação dos alunos do Ensino Médio.

219 Ainda em relação à juventude, a CUT teve representação com a participação efetiva no Fórum Estadual
220 da Juventude, cujo objetivo era criar o Conselho Estadual da Juventude, proposta também rechaçadas
221 pelo Governo do Estado ao não encaminhar o projeto para a ALESC.

222 Em relação à **Conferência das Mulheres**, realizada em junho de 2007, esta também ocorreu de forma
223 antidemocrática através das SDRs, que impossibilitaram a inscrição das companheiras cutistas nas etapas
224 regionais.

225 Contrário dessas Conferências, possivelmente pelo histórico do Coletivo Estadual de Saúde do
226 Trabalhador, com intensa participação no Conselho Estadual de Saúde e no Fórum Estadual de Saúde do
227 Trabalhador, a CUT teve participação efetiva e muito bem articulada na **Conferência de Saúde**,
228 ocorrida em 2007.

229 No campo da **saúde do trabalhador**, nossas deliberações encampadas, principalmente pelo Coletivo
230 Estadual de Saúde do Trabalhador nos vários espaços onde teve participação, foram: **1)** Desencadear
231 uma campanha para a aprovação da portaria interministerial 800 que cria a PNST – Política Nacional da
232 Saúde do Trabalhador; **2)** Lutar pela implantação efetiva da RENAST no Estado – Rede Nacional em
233 Atenção à Saúde do Trabalhador, com a construção do CEREST Estadual e dos Cerest's Regionais; **3)**
234 Lutar pelo respeito ao papel do SUS em realizar vistorias e embargos no meio ambiente de trabalho, com
235 quadro técnico concursado, treinado e permanente para ações de vigilância sanitária e epidemiológicas;
236 **4)** Lutar pela aprovação do PL 082/2003, criando um anexo na NR 16 sobre a periculosidade dos
237 canteiros da Indústria da Construção Civil e da Construção Pesada; **5)** Lutar pelo banimento do amianto
238 no Estado de SC; desafio que contou com a participação de dirigentes do nosso Coletivo de Saúde do
239 Trabalhador nos embates ocorridos por ocasião da Audiência Pública na ALESC em 2008; **6)** Defender a
240 aprovação do PL 2134/2003 que assegura alimentação nos canteiros de obras.

241 Também nesse eixo estratégico de disputa de hegemonia, deliberamos pela **revogação do Fator**
242 **Previdenciário** e **contra toda e qualquer reforma da Previdência que retire direitos**, assim
243 como lutar **pela Humanização do INSS**, deliberações que, apesar dos vários debates, inclusive a
244 realização do Seminário Estadual sobre a Previdência em 2007, ainda demanda ações mais efetivas a
245 serem encampadas pela CUT, sobretudo nas ações junto ao Governo Federal.

246 Por último, nesse segundo eixo estratégico de atuação cutista, temos a deliberação da 12ª Plenária de
247 reafirmar a **campanha contra os pedágios** nas rodovias federais no Estado de SC. Campanha
248 desencadeada pela Direção Estadual em 2007 e reafirmada pela 12ª Plenária Estadual, mas que, mesmo
249 com material e folder, se limitou, em 2008, a um ato em Tubarão e outro em Palhoça. Em dezembro de
250 2008, quando o processo de instalação dos pedágios já estava quase que 100% totalizado, com praças
251 de cobrança funcionando em alguns trechos da BR 116, a Direção Estadual deliberou pela retomada da
252 campanha, realizando, em fevereiro de 2009, mais dois atos em Palhoça. Atos que, em que pese a
253 importância na publicidade da posição cutista, foram tímidos para os objetivos de chamar a atenção das
254 autoridades governamentais e da sociedade em geral na tentativa de barrar o processo de concessão.
255 Esta campanha, a exemplo de outras campanhas e mobilizações, ainda que acertada do ponto de vista
256 político, não foi encampada pela Executiva Estadual tal qual deveria, com planejamento estratégico
257 específico definindo datas, ações, logística, recursos humanos e financeiros necessários e possíveis de
258 gerar grandes impactos.

259 **Avaliando**, pois, **nossas intervenções na gestão do Estado** em âmbito nacional, estadual e
260 municipal, é possível concluir que nossa capacidade de intervir e garantir conquistas de fato está
261 bastante relacionada ao tipo de Governo em curso. Se temos avanços junto ao **Governo Federal**, estes
262 se devem a abertura do Presidente Lula ao diálogo com a classe trabalhadora, seja pela sua história
263 pessoal afinada com as nossas lutas seja pela participação de companheiros e companheiras no Governo.
264 Diferente disso ocorre em relação ao **Governo do Estado de SC**. Sem avanços nas políticas públicas e
265 sociais, este se nega ao diálogo com as entidades sindicais e/ou sociais. Recorrendo a processos judiciais,
266 interditos proibitórios e outras práticas antidemocráticas, e aproveitando-se da desarticulação entre as

267 forças de oposição do campo democrático e popular, LHS de mantém inerte no poder, voltado para o que
268 ele transformou o Estado, uma máquina administrativa e partidária.

269 Com o Governo Lula, apesar de todos os limites e contradições, temos a demonstração de que para
270 democratizar o Estado, garantir e ampliar direitos, não bastam os enfrentamentos diretos. Mais do que
271 isso, precisamos, de fato, investir em candidaturas do nosso campo para os executivos elegeis
272 Federal, Estadual e Municipais.

273 **3º eixo - Solidariedade de classe trabalhadora**

274 O terceiro eixo estratégico de atuação cutista é o da solidariedade de classe trabalhadora no âmbito local,
275 nacional e internacional, tanto nas suas demandas quanto nos desafios e lutas por direitos que lhes
276 garanta condições de vida digna. Além publicar documentos de apoio e repúdio e de promover e/ou
277 participar em atos e mobilizações do movimento sindical e/ou popular, as táticas da CUT nesse campo
278 passam pela articulação do Grito dos Excluídos e da CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais.

279 Conforme já avaliamos no texto da 12ª Plenária, diferente da forma como aconteceram nos primeiros
280 anos, o **Grito dos Excluídos** vem se esvaziando nos últimos anos, limitando-se a atos isolados e com
281 pouca repercussão. A tática do enfretamento fez com que inúmeros outros segmentos sociais, em
282 especial a Igreja, se afastassem do processo. Não só no nosso Estado, mas em muitos lugares, as
283 manifestações do Grito foram incorporadas no desfile oficial. Essa incorporação é avaliada por muitos
284 como negativa, o que não é, necessariamente verdadeiro. Ao considerar o grande público que os desfiles
285 de 7 de setembro reúnem, a participação do movimento sindical expondo cartazes e faixas é uma
286 oportunidade de dar visibilidade às suas bandeiras de lutas, comunicando-se diretamente com a
287 sociedade. Para isso, a ação deve ser bem esclarecida e articulada junto a base cutista. Em SC, pela
288 opção do movimento sindical cutista em vários municípios de realizar atos no dia do Grito, a deliberação
289 da Executiva Estadual da CUT em 2008 foi de repassar orientações e apoiar no necessário, inclusive na
290 confecção de camisetas. Pelo retorno que chegou à Executiva Estadual, no entanto, foram pouquíssimos
291 os atos realizados.

292 Outra tática nas lutas do eixo da solidariedade de classe é a **CMS** – Coordenação dos Movimentos
293 Sociais, cujo objetivo é aglutinar o conjunto das forças democráticas e populares em torno de ações
294 conjuntas, ampliando nossa capacidade de intervenção na sociedade e no Estado. Apesar da Direção
295 Estadual da CUT ter pautado, discutido e encaminhado iniciativas de articulação em várias reuniões,
296 praticamente todas as reuniões convocadas pela CMS nos últimos três anos não contaram com a
297 participação efetiva do movimento social, popular e sindical. Se é a falta de empenho em articular as
298 históricas entidades parceiras, ou a falta de crédito na Direção Estadual ou mesmo na CUT como um
299 todo, ou, ainda, se o problema está nas próprias entidades que até 4 ou 5 anos integravam a CMS no
300 Estado, o fato é que as dificuldades de articulação destes segmentos vem prejudicando a disputa com o
301 Capital, que nos últimos anos, mais do que nunca, vem se mostrando unificado e bem articulado local,
302 nacional e globalmente. Mesmo com os vários atos e mobilizações propostos, todos de iniciativa da CUT,
303 não conseguimos aglutinar o movimento social e sindical. Nossa indicação, portanto, é para que a
304 próxima Direção Estadual da CUT SC disponha de mais esforços para de fato materializar esse
305 instrumento de combate ao Capital, denominado CMS.

306 **4º eixo - Fortalecimento interno**

307 Para fazer as disputas que se propõe, a CUT precisa estar bem estruturada, com uma ampla e qualificada
308 base sindical, com recursos financeiros e processos de organização e gestão democrática claros em todas
309 as suas instâncias. Atuação da Direção, organização horizontal e vertical, gestão financeira, ampliação e
310 fortalecimento da base, coletivos setoriais, regionais, formação, entre outros desafios, são elementos que
311 compõem esse quarto eixo estratégico de atuação cutista.

312 Como base de seu fortalecimento, a Central busca a ampliação e/ou fortalecimento de sua base, seja
313 aumentando o quadro de filiadas seja qualificando através da formação.

314 No que tange a **formação sindical** em 2008, finalizamos o processo de reformulação da proposta,
315 iniciada ainda em 2007 com a tentativa de um diagnóstico (quando obtivemos resposta de 8 entidades),
316 a realização de 3 reuniões do Coletivo Estadual e uma Plenária de Formação na Regional Norte. Como
317 resultado desse processo, formulamos a nova proposta do Mutirão de Formação, apresentada nas
318 Plenárias Regionais que antecederam a 12ª Plenária Estadual, apresentada na própria Plenária Estadual e
319 nas Plenárias de Formação das Regionais Sul e Norte, apesar da intenção em realizar plenárias
320 específicas de formação em todas as Regionais da CUT. Das duas Regionais, o Mutirão de Formação foi
321 desenvolvido, em todas as suas etapas na Regional Norte, com cursos de Concepção e Prática Sindical –
322 nível básico, dois módulos de um dia em Jaraguá do Sul, com dirigentes de quatro entidades; e o CEPS
323 de quatro módulos de um dia com os dirigentes de três sindicatos de Joinville e São Bento do Sul.
324 Também como atividade do Mutirão de Formação na Regional Norte, realizamos um dia de “*debate sobre*
325 *o movimento sindical cutista que temos e que queremos em SC*”, envolvendo os dirigentes das entidades
326 sindicais da Regional e da Executiva Estadual da CUT. No Sul, apesar da excelente Plenária Regional, que
327 reuniu 50 dirigentes, o Mutirão se limitou a um dia de discussão sobre CEPS, com a participação de
328 dirigentes dos sindicatos de Criciúma e Forquilha, e um Curso Regional de Comunicação e Expressão.

329 Além do Mutirão de Formação na Regional Norte, realizamos CEPS básico de três dias com o Sindicato
330 dos Comerciantes de São José e o CEPS em Concórdia, com dois módulos de um dia e meio e a
331 participação de dirigentes de 4 sindicatos daquele município. Reunimos, nessas atividades 218 dirigentes
332 sindicais.

333 Como demanda das Regionais acumulada desde 2006, e também por ser estratégico ao Mutirão,
334 promovemos, em parceria com a Escola Sul, o Curso Estadual de Comunicação e Expressão, em 2008,
335 que, embora estimado para 25 pessoas, teve a participação de 13 dirigentes. Atividade que já havia sido
336 oferecida no final de 2007, mas cancelada por falta de público.

337 Amplo processo de formação sindical foi realizado em vários outros momentos, como: junto
338 aos psicólogos que participaram, tanto do processo de criação do Sindicato dos Psicólogos de SC
339 (*efetivado com a assessoria e apoio da CUT, na Assembléia, em dezembro de 2008*) quanto por ocasião
340 do planejamento da entidade, em fevereiro deste ano; nos debates realizados com 100 professores da
341 Rede Estadual no Oeste e Extremo Oeste; nas discussões junto aos dirigentes que participaram nas
342 reuniões dos Coletivos de Saúde do Trabalhador, Formação, Mulher e Raça; nas reuniões da Direção,
343 com os debates conjunturais e/ou de temas específicos, como a questão racial, em 2008; nas discussões
344 junto aos dirigentes dos inúmeros sindicatos por ocasião dos planejamentos que assessoramos,
345 debatendo sobre o papel do sindicalismo cutista e sobre temas transversais a partir das várias políticas
346 cutistas; nos debates realizados junto aos professores, alunos e dirigentes sindicais por ocasião da
347 Semana de História, na Unisul, em Criciúma, e no Colégio Estadual em Xanxerê e na Universidade em
348 Xaxim.

349 Além disso, assumimos a proposta de formação da **Escola Sindical Sul**. Com a coordenação pedagógica
350 de responsabilidade da Secretaria de Formação da CUT SC, demandando constante acompanhamento e
351 participação nas várias reuniões e/ou atividades, tivemos inúmeros dirigentes cutistas do Estado
352 participando nos cursos Formação de Dirigentes, Formação de Dirigentes Formadores, Projeto Bem me
353 quer, Projeto Colorir, Monitores para Planejamento Estratégico, e no Seminário da Região Sul sobre os
354 novos desafios para o movimento sindical cutista frente ao novo arranjo sindical brasileiro, um excelente
355 momento formativo em 2008.

356 Também na política de formação em 2008, tivemos o Seminário Estadual de Saúde do Trabalhador,
357 organizado pela Coordenação do Coletivo Estadual de Saúde do Trabalhador em parceria com o INST.
358 Com o objetivo de orientar e Socializar as informações acerca da aplicação do Nexo Técnico
359 Epidemiológico Previdenciário - NTEP e o Fator Acidentário - FAP, visando o debate crítico dos

360 trabalhadores sobre a realidade das doenças e acidentes do trabalho e ações de vigilância em saúde, o
361 seminário reuniu 80 pessoas e, embora previsto para os dirigentes liberados, boa parte dos participantes
362 não eram dirigentes sindicais, ficando o debate e o resultado aquém do esperado.

363 No que se refere à **ampliação da base**, a Direção Estadual criou e deliberou na 12ª Plenária Estadual, o
364 **Coletivo Estadual de Apoio e Criação de Novas Entidades Sindicais**. Em que pese os objetivos e
365 clareza da proposta, o Coletivo demandará vontade política e compromisso das Coordenações dos Ramos
366 e das Regionais em discutir estratégias e assumir compromissos.

367 A criação de novas Centrais Sindicais nos últimos três anos, como UGT e a CTB, estas atuando de forma
368 agressiva na busca de consolidação, exigem da Direção Estadual, Federações e confederações cutistas,
369 bem como das entidades sindicais de base estadual e federal dos servidores públicos, um maior empenho
370 não só na criação de novas entidades, mas, inclusive, na articulação de ações para trazer de volta as
371 entidades ainda filiadas, porém, inadimplentes política e/ou financeiramente com a CUT, como o Sinergia,
372 o SINTECT/SC e o Sindicatos Estadual dos Farmacêuticos. Empenho, no entanto, não refletido nas três
373 reuniões convocadas pela Executiva Estadual da CUT desde a sua criação, no final de 2007. Nessas
374 reuniões, a participação se limitou a poucos dirigentes, ficando as discussões e encaminhamentos
375 prejudicados. Exemplo dos problemas em virtude da omissão nas reuniões do Coletivo explicita-se na
376 criação do Sindicato dos Metalúrgicos de Garuva e Itapoá por companheiros cutistas. Desconsiderando
377 pertencer, parte daquela base, ao Sindicato dos Mecânicos de Joinville, sem discussão prévia, o sindicato
378 foi criado, restando uma disputa judicial entre os cutistas. Situação que pode se repetir a partir da
379 iniciativa de dirigentes de entidades do Ramo dos Municípios na criação de uma terceira federação,
380 entrando em conflito com a FETRAM, que é orgânica à CUT. Também como consequência da inoperância
381 do Coletivo, citamos a desfiliação do SINDPREVS, no final de 2007, quando perdemos por apenas 8 votos
382 na Assembléia das categoria, com mais de 70 servidores, após excelente e rico debate sustentado pelo
383 dirigente cutista, mas que, por falta de estratégia e empenho em assegurar sócios da entidade próximos
384 às nossas políticas e lutas, perdemos o sindicato do nosso quadro de filiadas. Inoperância também
385 explícita nas eleições nos Correios, em 2007, onde atuamos com uma chapa de oposição, mas que, além
386 do pouco empenho dos componentes da chapa nas visitas aos locais de trabalho, faltou uma
387 coordenação mais efetiva por parte da CUT. Inoperância, ainda, na demora em definir estratégias para
388 não perder as entidades filiadas, mas desviadas para a CTB pelos excutistas da CSC, que criaram aquela
389 Central, algumas, inclusive deliberando em assembleias regionais e/ou estadual sem comunicar à Direção
390 Estadual CUT, como fizeram os dirigentes do Sindicato dos Servidores Públicos do Poder Judiciário de SC
391 – SINJUSC e o Sindicato dos Trabalhadores da CASAN – SINTAEMA. No SINTAEMA, o processo foi ainda
392 mais vergonhoso, pois, seus dirigentes querendo parecer democráticos, agiram de forma antidemocrática
393 desde a realização das 80 assembleias regionais que aprovou a desfiliação, para as quais disseram ter
394 convidado a CUT, passando essa inverdade aos delegados da Assembléia Estadual do dia 11 de março,
395 em Fpolis, sem conceder o direito de resposta. Vergonhoso também pela falta de democracia na
396 condução do que denominaram debate, concedendo, na Assembléia do dia 11, 10 minutos para a CUT
397 fazer uma fala, mesmo tempo dado à CONLUTAS, à UGT e à CTB, no ponto de pauta sobre “a filiação do
398 SINTAEMA a uma Central Sindical”. Depois das falas, inclusive a intervenção de quatro, das cinco falas do
399 plenário, pedindo para não encaminhar a votação de filiação a uma Central, o processo de votação foi
400 encaminhado. Mesmo com a distribuição dos panfletos sobre a importância da manutenção da entidade à
401 CUT e as excelentes falas dos dirigentes cutistas, que dividiram os 10 minutos, quase que por
402 unanimidade, foi aprovada a desfiliação à CUT e aprovada a filiação à CTB, ficando evidenciada a real
403 demonstração de cooptação da entidade pelo PCdoB na a condução do processo, desde a tirada dos
404 delegados até coordenação das discussões nas Assembleias.

405 Acerca da ampliação da base, mais uma vez não avançamos na eleição do Sindicato dos Plásticos de
406 Joinville. Apesar do envolvimento político e apoio financeiro da Confederação Nacional dos Químicos e da
407 CUT SC, inclusive com reuniões com a Coordenação da Regional Norte, novamente não conseguimos

408 formar uma chapa de unidade cutista, ficando a nossa chapa, por inúmeros fatores, fragilizada, obtendo
409 29,32% do total de votos.

410 De positivo, temos a discussão, com companheiros cutistas de Xanxerê, sobre a criação de um novo
411 sindicato no município e região, a criação do Sindicato dos Psicólogos de SC – SINPSI/SC, que teve não
412 só o apoio financeiro, mas um intenso e fundamental acompanhamento e assessoria pela nossa
413 Executiva, a filiação de 4 entidades da FETRAF Sul (STRs de Alfredo Wagner, de Pouso Redondo, de
414 Dionísio Cerqueira e de Rio Fortuna) e a criação, com filiação à CUT, de 2 sindicatos do ramo metalúrgico
415 (Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de Concórdia – STM-COM, e de Araquari e São Francisco do
416 Sul – SINTRAMASF).

417 Nesse período, tivemos a desfiliação do SITIALI (Alimentação de Florianópolis, por deliberação da
418 Direção da entidade, omunicada à CUT), o SINDPREVS (sindicato dos servidores públicos federal da
419 seguridade, resultado de um plebiscito e de uma discussão em Assembléia), das entidades cuja direção
420 estava nas mãos da Corrente Sindical Classista, que criou a CTB: Municipários de Içara, SINJUSC
421 (servidores do judiciário de SC, conforme ofício encaminhado à CUT) e SINTAEMA (trabalhadores da
422 CASAN, após discussão em Assembléia Estadual tendenciosamente conduzida). Desfiliação, também, do
423 SINTEL (trabalhadores em serviços de telemarketing, que perdeu a carta sindical após longa batalha
424 judicial com SINTRATEL).

425 Das 116 entidades filiadas por ocasião do 9º CECUT, em julho de 2006, (108 sindicatos, 6 federações
426 orgânicas e 2 filiadas) temos, atualmente, 120 entidades (107 sindicatos, 5 federações orgânicas e 2
427 filiadas, 5 recém criadas e/ou em processos de filiação), incluindo aquelas historicamente inadimplentes,
428 política e financeiramente. A comparação da representação na base e dos sócios entre 2006 e 2009, só
429 teremos ao fechar a atualização cadastral.

430 Em relação aos **Coletivos Setoriais** – Mulher, Raça, Saúde do Trabalhador e Formação, estes em muito
431 pouco avançaram, ficando a participação restrita a poucos dirigentes, apesar dos esforços da Executiva
432 em fortalecer esses espaços, a começar pela reunião conjunta dos vários coletivos, em meados de 2007,
433 e dos debates junto aos Ramos e, em especial, junto às Regionais, fomentando a definição de
434 Coordenadores para cada uma das políticas a fim viabilizar a representação do conjunto das entidades da
435 Regional nas reuniões estaduais dos respectivos Coletivos.

436 Das **políticas para a mulher trabalhadora**, a Secretaria Estadual vem discutindo, inclusive com
437 cartilha já elaborada, a implementação de uma campanha estadual pela ampliação de creches. Em
438 comemoração ao Dia Internacional da Mulher, nesse ano, a Secretaria articulou a participação das
439 companheiras do Estado no ato internacional em Santana do Livramento-RS, promovido pelas Centrais
440 Sindicais filiadas à CCSCS, com um ônibus saindo de Criciúma, um do Meio Oeste e Oeste e um terceiro
441 de Fpolis.

442 Dos vários setores, o que menos avançou nesse período foi o da **juventude**. Embora inúmeras vezes
443 pautado e discutido em reuniões da Direção e em atividades de formação, e apesar de termos vários
444 jovens dirigentes cutistas do Estado participando dos Projetos da Escola Sul em parceria com a DGB
445 nessa área, representando suas Federações, a juventude sindical cutista ainda não despertou para uma
446 ação horizontal, isto é, para a organização de um Coletivo Estadual. Mesmo no âmbito dos Ramos, nem
447 todos têm políticas e/ou programas específicas para a juventude. O projeto da Juventude da Escola
448 Sul/DGB demonstra a fragmentação entre a discussão política e a estratégia de implementação de ações
449 no interior do movimento sindical cutista. Em que pese a importância da discussão sobre a juventude,
450 tanto para dentro do movimento sindical quanto para fora, junto à sociedade, pautando-se políticas
451 públicas específicas, nossa avaliação é a de que no âmbito do Estado de SC a discussão, ainda que não
452 seja recente, não foi assimilada pelo conjunto das Coordenações dos Ramos e muito pelos jovens
453 dirigentes sindicais, que deveriam protagonizar, a exemplo das mulheres e dos negros, a organização
454 enquanto Coletivo nas várias tentativas em que a Direção estadual promoveu.

455 Outro compromisso deliberado pela 12ª Plenária para a atual gestão, mas que continua como desafio, foi
456 o de reconstituir o **Coletivo Estadual de Assessoria Jurídica** da CUT SC.

457 Também no âmbito da sua **organização horizontal**, a Direção Estadual cumpriu a deliberação do 9º
458 CECUT para que fosse desencadeado um amplo processo de discussão sobre a reestruturação, geográfica
459 e organizacional, das Microrregionais. Após várias reuniões de Direção e da Executiva com as Micros, a
460 proposta foi aprovada pela Direção em julho de 2007 e ratificada pela 12ª Plenária Estadual. As doze
461 Micros foram reestruturadas em seis Regionais, que passaram a se organizar e funcionar mediante um
462 Regimento, devendo passar por uma avaliação no prazo de um ano. Avaliação que ainda precisa ser
463 feita, inclusive com a discussão acerca da Regional Vale, aprovada na época com ressalvas devido a falta
464 de interesse das poucas entidades do Vale em se organizar enquanto Regional. Em relação ao
465 funcionamento das Regionais, a concepção de Plenárias Regionais, uma anual, ainda precisa se
466 consolidar. A ideia, ainda que não assimilada e/ou efetivada, é para que estas sejam grandes espaços
467 anuais de discussão política, reunindo o conjunto das entidades filiadas na Regional, devendo participar
468 todos os seus dirigentes, liberados e não liberados, pois julgamos serem momentos privilegiados de
469 formação e de construção do movimento sindical na região e no Estado. Nossa percepção é de que pode
470 estar havendo uma confusão entre o que denominamos Plenárias e as reuniões da Coordenação
471 Ampliada ou, então, a proposta não foi assimilada. No geral, com algumas exceções, a proposta de
472 funcionamento das Regionais ainda não deslançou na proporção das discussões que realizamos e do
473 que está previsto no Regimento, o que fortalece a necessidade da avaliação, conforme pontuado na 12ª
474 Plenária Estadual.

475 Em relação à **organização vertical**, temos duas federações oficiais (FECESC e FETESSESC) e cinco
476 orgânicas (FEM, FETRAF Sul, FETRAM, FETRACOM e FETEC). Sobre as entidades orgânicas, a Portaria
477 186² abre a possibilidade de registro. Nesse sentido, o Coletivo Estadual de Oposições e Criação de
478 Novas Entidades Sindicais promoveu, em julho de 2008, encontro com uma assessoria jurídica para
479 esclarecimentos e possíveis encaminhamentos. A FETRAM, a FETEC e a FETRAF Sul estão com os
480 processos de registro tramitando no Ministério do Trabalho, assim como a FETRACOM, que encaminhou o
481 processo junto à CONTICOM/CUT, em setembro de 2008. A FEM, por estar respondendo processo judicial
482 impetrado pela Federação oficial, avalia como inviável um novo processo de registro.

483 A FETRIAL, apesar do desempenho econômico do setor da alimentação nos últimos dois anos, deixou de
484 existir em 2007 devido à completa desarticulação entre as cinco entidades cutistas até aquela data,
485 quando a Direção do Sindicato da Alimentação de Fpolis informou que deliberou, em reunião, desfiliar a
486 entidade pelo período, já vencido, de um ano.

487 A FETRAF Sul, ainda que com sérios problemas internos e enfraquecida na sua organização, repercutindo
488 na dificuldade em participar nas ações e instâncias da Central, nos últimos três anos deliberou, em
489 Assembléias dos SINTRAFs, a filiação de cinco sindicatos à CUT.

490 A FEM, que ampliou sua base com a criação de dois novos sindicatos (de Concórdia e de São Francisco
491 do Sul e Araquari), já filiados à CUT, avançou em relação à formação, com o desenvolvimento de um
492 plano de formação juntamente com a CNM para o biênio 2009/2010 e a constituição de um grupo de
493 Dirigentes Formadores, que já estão ministrando cursos de formação básica na categoria, além de
494 participar das atividades de formação promovidas pela CUT, em especial na Regional Norte e no Coletivo
495 Estadual de Formação. A FEMCUT/SC também compõe as Coordenações Regionais e Direção Estadual da
496 CUT, participa dos Coletivos setoriais: Mulher e Saúde do Trabalhador, e tem participação efetiva nas
497 oposições sindicais e nos atos do Grito dos Excluídos. Com o reconhecimento da CNM/CUT junto ao
498 Ministério do Trabalho e Emprego, a FEMCUT/SC também ganhou mais notoriedade a nível nacional.
499 Notoriedade que, acompanhada de sustentabilidade, de organização e, com os sindicatos filiados, de uma

² Portaria 186: A Portaria n.º 186, de 10/4/2008, publicada em 14/4/2008 (DOU. Seção I), do ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, fixou normas sobre os pedidos de registro sindical e alteração estatutária, revogando a Portaria n.º 343, de 4/5/2000, com as alterações posteriores pelas Portarias 375, 376, 144 e 200.

500 postura firme nos embates com os empresários na questão da organização no local de trabalho, na
501 redução da jornada sem redução de salários, na organização das CIPAS, nas negociações nesse
502 momento de crise, entre outras, realizou o histórico ato na frente da FIESC, no dia 14/11/2008, quando
503 entregou a Pauta Unificada Nacional do ramo, o qual estiveram presentes metalúrgicos de vários
504 Estados.

505 A FETRAM, com uma nova Direção eleita no início de 2008, demanda postura mais ousada na ampliação
506 e acompanhamento de sua base. Além disso, o rompimento desencadeado em 2007, por entidades
507 filiadas, está avançando com a iniciativa de criar uma terceira federação, baseada na Portaria 186, ainda
508 que, das dissidentes, uma tenha se desfilado da CUT, indo para a CTB, e outra retomada as relações
509 com a FETRAM.

510 A FETRACOM, cujo balanço do último Congresso (2007) e os diagnósticos dos planejamentos realizados
511 em 2007, 2008 e 2009 apontam não só para a necessidade, mas também o espaço ainda disponível para
512 crescer no Estado, mantém as mesmas sete entidades que criaram a federação em 2004. À exemplo do
513 período anterior (2003-2006), a relação entre a atual Direção da CUT e a entidade é bastante próxima,
514 com intensa atuação, assessorando-a nos Congressos e Plenárias, inclusive na elaboração dos textos
515 base, nos planejamentos e nas atividades de formação. De forma recíproca, a participação da Fetracom
516 junto às políticas da CUT também merece destaque, com a participação assídua nas mobilizações
517 promovidas pela Central e nas reuniões do Coletivo Estadual de Formação, além do empenho em realizar
518 atividades de formação da base junto às ações de formação promovidas e/ou fomentadas pela SEF/CUT-
519 SC.

520 A FETEC, cujo Congresso realizado em 2007 demandou, tanto da nova Coordenação quanto da Direção
521 da CUT Estadual, muito diálogo e negociação no sentido de legitimá-lo devido a participação de
522 entidades inadimplentes, também não avançou no número de entidades filiadas, atualmente nove. Além
523 disso, a Federação tem se mantido muto ausente das atividades da Central.

524 A Fecesc centrou suas ações em muitas atividades neste período, das quais destacamos algumas pela
525 importância que elas representam para a organização dos trabalhadores:

526 Em relação à FECEC, além de promover inúmeros seminários, debates e palestras abertas a outras
527 categorias, seja junto às reuniões da direção seja nas plenárias e congressos que realiza anualmente,
528 destaca-se o compromisso dos dirigentes do ramo (federação e entidades filiadas) em participar das
529 atividades de formação promovidas pela CUT SC. Dos desafios enfrentados nos últimos anos, destacam-
530 se os embates diretos com os empresários nas negociações coletivas, sobretudo em relação á árdua
531 negociação sobre o trabalho aos domingos e feriados, resultando em ganhos reais e ma manutenção das
532 conquistas já consolidadas. Em relação aos feriados, com a nova legislação que determina ser objeto das
533 negociações coletivas, foram inúmeras as reuniões entre a Federação, os sindicatos filiados e as
534 entidades patronais, resultando em conquistas até então inexistentes, como a não abertura do comércio
535 em feriados considerados importantes para os trabalhadores: Natal, 1º do Ano, 1º de Maio, entre outros.

536 A organização dos assalariados rurais, pautado nas discussões do 9º CECUT e da 12ª Plenária, foi a
537 discutida pela atual Direção, em julho de 2007, com o objetivo de formular a estratégia da CUT para a
538 categoria. Discussão que teve a participação dos companheiros Siderlei de Oliveira (Contac), Laurindo
539 Heimborg (Sinterxar), Daniel Kothe (Fetraf Sul) e Adelmir Meireles (Fetracom). Dessa reunião foi
540 deliberado a criação de um Grupo de Trabalho, contemplando a discussão política e jurídica, a fim de
541 indicar as estratégias possíveis de organização dos assalariados rurais no estado de SC e realizar um
542 seminário sobre o tema, coma participação da CUT nacional, das CUTs do sul e de entidades nacionais e
543 internacionais de organização de assalariados rurais.

544 Outras duas questões para o fortalecimento interno cutista são autonomia e autosustentabilidade, não só
545 política, mas também financeira, questões bastante discutidas nos dois últimos anos, principalmente em

546 torno da **contribuição sindical compulsória**. A CUT, com as demais Centrais Sindicais, enfrentou, no
547 Congresso Nacional em 2008, a tentativa de setores ligados ao grande capital em liquidar com o
548 movimento sindical brasileiro extinguindo, sem assegurar qualquer outro dispositivo legal, a contribuição
549 sindical compulsória que, na Constituição de 1988, substituiu o Imposto Sindical. A Central, que
550 historicamente lutou contra o imposto sindical, acabou protagonizando as articulações no Congresso para
551 alterar o Projeto de Lei, primeiro porque acabava com o imposto sindical dos trabalhadores sem
552 assegurar qualquer outra forma de contribuição sindical, como a taxa negocial proposta pela CUT,
553 segundo, porque Projeto não incidia também na extinção da contribuição sindical patronal. Como
554 resultado de todo esse processo, ficou acordado entre o Governo, Congresso Nacional e Centrais
555 Sindicais que o fim da contribuição sindical ficaria atrelada a uma garantia legal de contribuição dos
556 trabalhadores para suas entidades sindicais, cujo percentual seria negociado em assembléia. Enquanto
557 permanecer a contribuição sindical compulsória, as Centrais Sindicais receberão os 10% da contribuição
558 sindical, dividindo os 20% retidos pelo Ministério do Trabalho, conforme a lei que reconheceu legalmente
559 as Centrais Sindicais na estrutura do sindicalismo oficial brasileiro, no início de 2008.

560 Nossa avaliação, contudo, é de que, em que pese a necessária garantia legal da contribuição financeira
561 dos trabalhadores às suas entidades, a CUT ainda não avaliou os impactos das lutas pelo
562 **reconhecimento legal das Centrais Sindicais** sem que a forma compulsória de contribuição sindical
563 fosse rompida legalmente, dado aos princípios e histórico de lutas da CUT em relação ao rompimento
564 com o sindicalismo oficial, assegurando, no lugar desta, a forma negocial, democrática. Com isso, em vez
565 de avançarmos na Reforma Sindical, cuja proposta tanto nos exigiu no início do Governo Lula, acabamos
566 ampliando o atrelamento da organização sindical brasileira na estrutura oficial, agora com o agravante de
567 assegurar mais recursos financeiros compulsórios ao conjunto das entidades sindicais. Resultado dessa
568 medida está refletindo na corrida pela criação de novas Centrais Sindicais e/ou busca quase que
569 autofágica de filiação de entidades sindicais pelas Centrais pelegas.

570 No que se refere à **gestão financeira**, a atual Direção avançou bastante. Pela primeira vez, em 2008,
571 depois de vários anos consecutivos, mesmo com algumas desfiliações que impactaram nas finanças, a
572 CUT Estadual não precisou recorrer aos empréstimos para saldar os habituais compromissos de final de
573 ano. Além disso, tem conseguindo manter cinco dirigentes liberados, ainda que três parcialmente, e um
574 quadro de 5 funcionários com 40 horas semanais e uma com 20. Renovou boa parte de seu patrimônio,
575 com novos computadores, impressora e a substituição dos dois automóveis. Com enormes esforços e
576 habilidade política, negociou e quitou, com o apoio da Nacional, a dívida do Processo Judicial Vicente
577 Caropreso, que havia confiscado as contas e a sede da CUT. Os poucos recursos tem sido também
578 alocados para co-patrocinar, junto com suas filiadas, atos, marchas e materiais de panfletagens. Porém,
579 ainda é explícito que nossas políticas e ações estão refém do alto índice de inadimplência ou mesmo de
580 sonegação de receita pelas filiadas, prejudicando muito a qualidade dos materiais de panfletagens, a
581 promoção de atos e, sobretudo, impedindo a publicidade de nossas políticas e ações mediante a
582 contratação de uma assessoria de imprensa e a inserção na mídia. Implantamos e estamos em fase de
583 acertos do novo programa de contabilidade que, além de maior transparência e agilidade nas prestações
584 de contas, nos possibilita maior eficiência e eficácia na administração dos recursos, alocando-os para as
585 políticas cutistas. Continuamos, porém, devendo nas deliberações do 9º CECUT e da 12ª Plenária de
586 implementar o processo de planejamento financeiro participativo e de realizar as visitas em todas as
587 entidades filiadas, ainda que dirigentes da Executiva tenham se reunido com a Direções e/ou parte
588 destas em quase 30 sindicatos do Estado.

589 Por falta de recursos financeiros, não avançamos também no campo da **comunicação**. Nossa página na
590 internet continua desatualizada; não conseguimos voltar a imprimir o boletim impresso “Folha CUT” e,
591 pela falta de assessoria de comunicação, não temos conseguido nos inserir na mídia local.

592 Em relação à **Direção Estadual**, as fragilidades começaram pela falta de compromisso de inúmeros
593 companheiros e companheiras que disputaram a participação na composição da Direção, mas que sequer

594 tomaram posse. Outros, embora empossados, jamais compareceram e/ou, então, faltaram na maioria
595 das reuniões, que são três ou quatro anuais, geralmente de um dia e meio, com todas as despesas pagas
596 pela Central. Em relação à Executiva, os problemas foram vários, a começar pelas inúmeras alterações na
597 composição. As únicas pastas que não sofreram alterações foram a do Presidente e a da Secretaria de
598 Finanças. Dos vários problemas enfrentados, os mais sentidos foram na Formação e na Secretaria da
599 Mulher. Esta segunda Secretaria, ainda que na história da CUT SC a participação de mulheres na
600 Executiva não tenha sido tão intensa quanto na atual gestão, com 5 mulheres, as resistências de uma
601 companheira em assumir a pasta se resolveu apenas no final de 2007, quando, pelas suas discussões
602 acumuladas na questão do gênero, indicamos para assumir a pasta um companheiro, sendo barrado na
603 sequência pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

604 Da **atuação da Executiva Estadual**, constata-se uma falta de sintonia entre esta e os dirigentes das
605 entidades filiadas e as Coordenações das Regionais. Falta de sintonia que fica demonstrada no resultado
606 das deliberações e iniciativas de realizar atos, campanhas e mobilizações, inclusive com recursos
607 financeiros para transporte e/ou materiais empregados, mas que, por falta de liderança, de compromisso
608 com a articulação e mobilização, ficaram esvaziados. Exemplo disso foi o ato de lançamento da
609 campanha pela redução da jornada de trabalho, na ALESC em 2008, que contou com a inexpressiva
610 participação do movimento sindical cutista, inclusive da capital. Outro exemplo foi o ato comemorativo de
611 25 anos da CUT, em agosto de 2008 no município de Joinville, com pouquíssima participação até mesmo
612 do movimento sindical local; o mesmo que aconteceu em Criciúma, por ocasião do 1º de Maio do ano
613 passado. A marcha para Brasília, em 2008, mais uma vez seguiram alguns ônibus com pouco mais de
614 50% ocupado. A campanha contra os pedágios também se limitou aos dois atos em 2007 e dois de 2009,
615 conforme já relatado anteriormente. Nesse mesmo sentido estão as mobilizações de 11 de fevereiro de
616 2009 no Estado, que também se limitaram a uma panfletagem de 30 minutos na capital. Mobilizações
617 que eram em âmbito nacional, contra as demissões, a redução de salários e as tentativas de flexibilização
618 da legislação trabalhista, sob a justificativa de medidas necessárias ao enfrentamento das repercussões,
619 no Brasil, da crise financeira internacional. No geral, podemos concluir que os atos e mobilizações
620 parecem seguir a lógica do “ao menos tentamos”. Postura que precisa ser urgentemente modificada pela
621 nova Direção, caso queiramos recuperar nossa imagem e papel de uma Central sindical diferenciada,
622 combativa, com intervenção na sociedade e no Estado que, de fato, faça a diferença para a classe
623 trabalhadora.

624 Em relação a atuação dos **dirigentes liberados** (que no início da gestão eram seis, depois foi a 7 e
625 agora conta com cinco), em que pese os esforços isolados de um ou outro em particular, faltou ao
626 conjunto o empenho em articular a implementação das várias deliberações. A fragmentação das políticas
627 cutistas em várias secretarias, cada uma com um dirigente titular, porém sem liberação, não contribui
628 para que a Central avance nas suas lutas. Embora a liberação não seja o único fator responsável em
629 garantir que os compromissos sejam assumidos - até porque em outros momentos históricos, quando
630 não havia tantas liberações, o sindicalismo cutista desempenhou tanto ou mais seu papel do que tem
631 exercido hoje – nossa compreensão é de que a liberação garantiria as condições básicas necessárias para
632 o desempenho da função, dada a abrangência da Central, política e geográfica. Essa não liberação,
633 portanto, faz com que os dirigentes titulares das várias pastas acabem ficando apenas na nominata da
634 Executiva e, com isso, as políticas dessas secretarias também no papel. Problema que, talvez, fosse
635 minimizado se os dirigentes liberados assumissem o compromisso de tocar as ações dessas políticas, mas
636 que, por inúmeros motivos, dentre eles o respeito aos colegas no que se refere as suas atribuições
637 específicas, evitando possíveis constrangimentos, também não assumem. Com isso, perde o movimento
638 sindical cutista e perdem os trabalhadores e trabalhadoras. A CUT deveria, pois, repensar e reestruturar
639 estatutariamente sua composição de Direção Executiva no âmbito dos Estados. Ou seja, não confundir
640 políticas para os vários setores, como organização sindical, formação, mulher, juventude, raça, políticas
641 sociais, entre outras, com Secretarias Executivas setoriais específicas. Para nós, enquanto que as várias
642 políticas deliberadas em congressos e plenárias devem ser assumidas pelas CUT Estaduais, independente

643 de terem ou não secretaria, a definição de secretarias específicas deveria ser deliberação dos Congressos
644 e Plenárias Estaduais a partir do momento em que a CUT estadual disponibilizasse acúmulo no tema e
645 condições de recursos, próprios ou de entidades parceiras, para liberar os dirigentes para a respectiva
646 pasta.

647 Percebemos, contudo, que, apesar dos vários problemas, a **atual Direção**, em especial os liberados,
648 foram bastante atuante, mas que esta atuação ficou mais restrita à representação política junto a base
649 cutista, na formulação e na proposição de ações, assim como na participação de vários debates na
650 sociedade, inclusive na TVCom (canal por assinatura com cobertura na Grande Fpolis) sobre temas
651 específicos, como a ampliação da licença maternidade, a Emenda 3, as Convenções 151 e 158, a redução
652 da jornada de trabalho, entre outros. Porém, pelos desafios e estrutura que dispomos, ainda que inferior
653 a muitas entidades filiadas de âmbito municipal e/ou regional, assim como pela história de lutas e a base
654 social que temos, com capilaridade em quase todas as regiões do Estado, concluímos que muito mais
655 poderíamos ter realizado pela e com a classe trabalhadora catarinense.

656 Assim, finalizando esse balanço, elencamos os atos e mobilizações convocadas pela Direção Estadual em
657 2008 e 2009, ainda que nem todas protagonizadas pela CUT Estadual, para os quais sugerimos a
658 avaliação na participação por parte de cada uma das entidades filiadas.

659 Em 2008:

- 660 1. Ato em frente da Cargil pelo Dia Internacional de Conscientização e Prevenção da LER/DORT –
661 Forquilha, 28 de fevereiro;
- 662 2. Ato na capital comemorativo ao Dia da Mulher – Florianópolis, dia 4 de março;
- 663 3. Audiência Pública sobre as Mulheres – Tribunal de Justiça, Florianópolis, dia 6 de março;
- 664 4. Caminhada e panfletagem sobre o Dia Internacional da Mulher - Fpolis, 8 de março;
- 665 5. Ato de lançamento no Estado da Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho –
666 ALESC, 12 de março;
- 667 6. Audiências Públicas sobre o IPREV no Mês de abril– Florianópolis, dia 14; São Miguel do oeste,
668 dia 15; Chapecó e Joaçaba, dia 16; Criciúma e Lages, 28;
- 669 7. Ato de 1º de Maio e pela Redução da Jornada de Trabalho – Videira, 29 de abril;
- 670 8. Ato Regional comemorativo do 1º de Maio (incluindo os temas da redução de jornada e dos
671 vitimados por acidentes de trabalho) – Araranguá, 29 de abril;
- 672 9. Ato Regional comemorativo do 1º de Maio (incluindo os temas da redução de jornada e dos
673 vitimados por acidentes de trabalho) – Criciúma, 30 de abril;
- 674 10. Ato Regional Saúde do Trabalhador – Tubarão, 7 de maio;
- 675 11. Ato da Agricultura Familiar – Florianópolis, 8 de maio;
- 676 12. Ato de Repúdio pela criação do IPREV e pela redução da jornada de trabalho – ALESC, 27 de
677 maio;
- 678 13. Audiência Pública sobre a criminalização dos movimentos sociais e sindicais – ALESC, 28 de maio;
- 679 14. Ato contra a abertura do comércio aos domingos em Criciúma – Criciúma, 5 de junho;
- 680 15. Ato em defesa da representação dos comerciários de Sombrio pelo Sindicato dos Comerciários de
681 Araranguá e Região – Sombrio, 9 de junho;
- 682 16. Ato contra a aprovação do IPREV – ALESC, 17 de junho (dia da votação);
- 683 17. Atos nas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em defesa do Piso Salarial Estadual –
684 Várias Secretarias, 7 de agosto;
- 685 18. Ato comemorativo dos 25 anos da CUT – Joinville, 28 de agosto;
- 686 19. Panfletagem em defesa da implantação do Piso Salarial Estadual – Florianópolis, 4 setembro;
- 687 20. Ato contra a terceirização da merenda escolar pela Secretaria de Estado da Educação –
688 Florianópolis, 9 de setembro;
- 689 21. Audiência Pública sobre o Piso Salarial Estadual – ALESC, 9 de outubro;
- 690 22. Ato nacional em defesa do trabalho decente – São Paulo, 10 de outubro;
- 691 23. Ato dos servidores do HEMOSC/CEPON – Florianópolis, 22 de outubro;

- 692 24. 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora – Brasília, 3 de dezembro
- 693 Em 2009
- 694 1. Ato de solidariedade em defesa dos atingidos pelas enchentes em SC – Blumenau, 21 de janeiro;
- 695 2. Atos da campanha "Sou CUT sou Contra Pedágios" - Palhoça, dias 18 e 28 de fevereiro; e 21 de
- 696 março;
- 697 3. Ato do Cone Sul comemorativo ao Dia Internacional da Mulher – Santana do Livramento - RS, dia
- 698 8 de março;
- 699 4. Atos, no mês e março, da Campanha do projeto do Piso Mínimo Estadual nas Secretarias de
- 700 Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste, dia 16; Chapecó, dia 17; Joaçaba, dia 18;
- 701 Lages, dia 19; Joinville, dia 23; Blumenau, dia 24; Itajaí, dia 25; Criciúma, dia 26; e Tubarão, dia
- 702 27;
- 703 5. Ato da Regional Florianópolis do Dia Nacional de Mobilização "Querem lucrar com a crise: sim ao
- 704 desenvolvimento com emprego e renda; não à redução de salários" -- Fpolis, 11 de fevereiro;
- 705 6. Dia de Mobilizações em Fpolis em defesa dos direitos dos servidores públicos municipal e
- 706 estadual e contra criminalização dos movimentos sociais e sindical, com atos do SINTRASEM,
- 707 SINTESPE, SITNE E APRASC – Fpolis, dia 12 de março.
- 708 7. Atos do 30/03 - Dia Nacional de Mobilização – CUT e demais Centrais - "Os trabalhadores e as
- 709 trabalhadoras não pagarão pela crise"; pela redução dos juros, pelos investimentos públicos; e
- 710 em defesa dos direitos trabalhistas e sociais! → Regional Fpolis, 14h30min e Chapecó, 15h30min;
- 711 8. Ato do Dia Mundial de Luta em defesa da adoção dos sistemas universais de saúde e seguridade
- 712 social, e contra a crise – Joinville, 7 de abril.
- 713

714 **Da conjuntura internacional, nacional e estadual às estratégias da CUT**
715 **SC para o período 2009-2012**

716 **A atual conjuntura sócioeconômica e ambiental e os grandes desafios para o**
717 **movimento sindical cutista**

718 **Fome e aquecimento global: a verdadeira face do capitalismo**

719 A crise monetária e econômica internacional deflagrada pela especulação financeira no mercado
720 imobiliário norteamericano desde o final de 2006, a maior após a grande crise dos anos 30, apesar das
721 enormes repercussões nos postos e relações de trabalho, e nas condições de vida da grande maioria da
722 população mundial, é mais um dos sintomas da lógica perversa do sistema capitalista. Em 2007 e
723 primeiro semestre de 2008, o terror mundial foi o da crise de alimentos, quando setores representantes
724 do grande capital apontaram como causa o aumento da demanda de alimentos pelos países em
725 desenvolvimento, como se a fome no mundo hoje fosse por falta de alimentos e não pelo quê e o como é
726 produzido, assim como pela forma como essa produção é distribuída no planeta. Apesar dos estudos que
727 apontam o aumento das áreas plantadas para a produção de grãos destinada ao etanol, a crise financeira
728 estourada a partir da bolha de crédito imobiliário revela que o principal fator da inflação de alimentos foi,
729 também, a especulação financeira, que transformou os alimentos em commodities³ negociados no
730 mercado futuro entre grandes produtores e especuladores. Portanto, ainda que para muitos assustadora,
731 crises dessa natureza são comuns no capitalismo, até mesmo como meio de filtrar e hierarquizar
732 interesses do grande capital.

733 Para a CUT, no entanto, muito pior que a atual crise monetária, esta meticulosamente arquitetada e
734 controlada nas fazes de construção, de desenvolvimento e desfecho, é a crise ambiental e social, estas
735 sim, crises estruturais ao sistema. Os trilhões de dólares evaporados em poucas horas do sistema
736 financeiro mundial, as quebras de grandes corporações financeiras e produtivas em várias partes do
737 mundo, inclusive e, sobretudo, do dito mundo desenvolvido, são infinitamente menores que os
738 irreparáveis estragos ambientais provocados pelo sistema capitalista no planeta e infinitamente menores
739 que os milhões de mortes de seres humanos pela fome e pelas guerras que promove. Por isso, a quebra
740 de grandes corporações financeiras e produtivas, e as ações dos Estados em socorrê-las mediante a
741 aquisição de ações e/ou injetando vultosos recursos financeiros no mercado, de certa forma, medidas
742 necessárias devido a estrutura sócio-econômica e financeira do atual sistema que domina o mundo hoje,
743 são observadas pela Central com a cautela própria e específica do movimento sindical combativo, mas
744 também propositivo. Cautela porque, embora potências econômicas como os EUA sejam dinamizadoras
745 da economia em âmbito internacional, inclusive na geração de postos de trabalho a partir das demandas
746 do alto padrão de consumo, o modelo econômico que fomentam é, no mínimo, dicotômico, contraditório.
747 Ou seja, por um lado o modelo fomenta a economia em vários países, mas por outro leva à inúmeras
748 mazelas humanas e ambientais. Por isso, para o movimento sindical combativo, não basta garantir, a
749 qualquer custo, os atuais postos de trabalho. Na concepção cutista, ainda que a luta por empregos e
750 postos de trabalho seja prioridade, é dever do movimento sindical combativo lutar para que os direitos
751 históricos e arduamente conquistados sejam assegurados, combater todas as formas de opressão e forjar
752 as condições para que o seu projeto político mais amplo de construção do socialismo seja efetivado.
753 Socialismo este pautado em uma nova ordem econômica, financeira, social, cultural e política; socialismo
754 pautado em um novo modo de produção, de distribuição e de consumo que preserve os recursos e
755 riquezas naturais e garanta a vida em plenitude a todos os seres do planeta.

³ **Comodities:** No mercado financeiro, se utiliza o termo commodities para indicar diferentes tipos de produtos, normalmente agrícolas ou minerais, que são negociados nos mercados. Em diferentes bolsas do mundo, são realizados negócios com contratos de commodities, como café, soja, cobre e petróleo.

756 A CUT, portanto, articulada ao conjunto das forças democráticas e populares de resistência e combate à
757 ordem capitalista que hoje domina no mundo, não permitirá que o sistema processe essa crise apenas
758 como mais um estágio purgativo, apenas como mais um filtro do próprio sistema em se autofortalecer.
759 Discutir, formular e avançar com estratégias políticas em âmbito local e mundial para desmascarar a
760 farsa do sistema capitalista como sistema sócio-econômico, cultural e político adequado à humanidade, e
761 ao mesmo tempo avançar com discussões em torno da construção de um novo modelo, idealizado e
762 defendido por nós como socialista, são necessidades cada vez mais urgentes. Necessidades que a
763 Central, junto às lutas imediatas por condições de trabalho e vida dignas, também pautará nos próximos
764 anos.

765 **Obama e a crise financeira**

766 Depois de uma acirrada disputa interna com a senadora e ex-primeira dama Hilary Clinton, o jovem
767 senador negro Barack Obama foi o candidato do Partido Democrata na eleição presidencial dos EUA no
768 final de 2008, quando venceu o republicano John McCain. A eleição de Obama para a presidência da
769 maior potencial mundial da atualidade representou ao mundo uma quebra de paradigmas na cultura
770 norteamericana e, por isso, vista, por muitos, como o possível início de uma nova era, não só das
771 relações sociais e culturais no país, mas, sobretudo, das relações econômicas e políticas dos EUA com o
772 mundo, em especial com os povos árabes, com os latinoamericanos e cubanos.

773 Ao tomar posse em 20 de janeiro de 2009, o maior desafio assumido por Obama foi de atuar com
774 urgência para salvar a economia dos Estados Unidos e, de certa forma, reaprumar as economias
775 nacionais em quase todo o mundo. Com discurso messiânico, pregando esperança e otimismo aos seus
776 compatriotas, reconheceu a crise econômica do país e prometeu uma nação ainda mais forte. Assim,
777 suas investidas logo nos dois primeiros meses de 2009 não se voltaram para resguardar a economia
778 mundial de um grande e devastador colapso, mas recuperar a autoestima dos norteamericanos mediante
779 a recuperação do seu alto poder de compra e de consumo, assim como recuperar a economia do país da
780 maior crise financeira que vive desde o pós-guerra. Só nos primeiros 40 dias de 2009, os EUA liquidaram
781 o equivalente a mais da metade dos bancos fechados em 2008, quando foram extintas 25 instituições.
782 Por causa da inadimplência e da falta de crédito na economia 1,2 milhão de famílias americanas
783 perderam suas casas e outros tantos trabalhadores americanos perdendo também seus empregos.

784 Nas tentativas de conter a crise que o sistema financeiro desregulamentado de seu país fomentou, além
785 de baixar a taxa de juros de 1% para quase 0% ao ano, a menor em todos os tempos, **Obama** anunciou
786 três planos que somam quase três trilhões de dólares (DC, 17/02/09). O primeiro, de quase US\$ 800
787 bilhões, para investimentos públicos em infraestrutura de transporte, de meio ambiente, de linhas de
788 internet, entre outras. O segundo, que pode chegar a US\$ 2 trilhões, tem por objetivo resgatar o sistema
789 financeiro. Para justificar esse montante junto à opinião pública, Obama lançou o terceiro plano, no valor
790 de US\$ 75 bilhões, destinado a salvar os mutuários endividados, pediu ao Congresso aprovar um projeto
791 para a regulação do sistema financeiro americano e limitou a US\$ 500 mil por ano os vencimentos dos
792 executivos de companhias que receberem ajuda do Governo. Em 2007, o presidente do Bank of America
793 recebeu nada mais nada menos do que os míseros US\$ 20 milhões entre salários e gratificações; o
794 presidente da General Motors, que está demitindo milhares de funcionários em todo o mundo, faturou
795 US\$ 14,4 milhões. Outra medida adotada por Obama para proteger o processo de recuperação da
796 economia norteamericana, mas que recebeu críticas de vários países, em especial do Governo brasileiro,
797 foi o chamado "Buy American", que é definição de comprar apenas das empresas americanas, dispositivo
798 que foi estendido pelos parlamentares a alguns países com relações comerciais privilegiadas com os EUA.

799 Apesar desses esforços, no entanto, o FED (Federal Reserve), que é o Banco Central Americano, em
800 documento apreciado na sua reunião de 17 e 18 de março, feito a partir de informações dos 12 bancos
801 regionais e do Comitê do Mercado Aberto, que é o responsável em definir a política monetária do país,
802 relata que "as condições econômicas nacionais se deterioraram ainda mais nos dois primeiros meses de

803 2009", dando a demonstração que dificilmente a economia dos EUA se recuperará até o fim de 2009 e
804 início de 2010.

805 **A crise no Brasil**

806 No Brasil, a repercussão da atual crise econômica mundial tem sido, até então, inferior às crises
807 internacionais ocorridas em 1998 e 2002, quando o FHC recorreu a empréstimos emergenciais do Fundo
808 Monetário Internacional (FMI) para restabelecer a confiança dos mercados e fechar as contas externas,
809 assumindo o compromisso em aplicar o receituário recessivo e privatista do Banco mundial e do FMI,
810 hoje desacreditados internacionalmente, sem avançar na implementação de medidas duradouras de
811 proteção ao desenvolvimento nacional. No Governo Lula, além das enormes reservas cambiais de US\$
812 205 bilhões de dólares que permitiram injetar dólares no mercado e ampliar linhas de financiamento para
813 a produção e para o comércio tanto interno quanto externo, as políticas implementadas desencadearam
814 um processo de crescimento continuado, como o Programa de Aceleração do Crescimento, a política de
815 reajuste do salário mínimo, o reajuste da tabela do imposto de renda, as políticas de transferência de
816 renda mínima, a desoneração tributária de setores estratégicos da economia, entre outras. Além disso, os
817 números da economia nacional, do agronegócio ao sistema financeiro, passando pelas indústrias e redes
818 de comércio, contabilizou excelentes resultados financeiros nos últimos 5 anos, com crescimento médio
819 anual de 3,93% entre 2003 e 2007 e de 5,1% em 2008.

820 Essas políticas, no entanto, pela centralidade financeira da economia capitalista em âmbito mundial, não
821 foram suficientes para deixar a economia nacional totalmente imune à crise desencadeada nos Estados
822 Unidos, que atinge os países também em desenvolvimento. No Brasil, ainda que diferente do que ocorreu
823 em países como Islândia, Irlanda, Hungria, Inglaterra e, sobretudo, nos Estados Unidos, não houve o
824 processo de formação de bolhas de crédito. Aqui, o total de crédito disponível na economia equivale a
825 40% do PIB, enquanto que no Chile é de 63%, na África do Sul de 143%, na Holanda de 166% e nos
826 Estados Unidos de 249% do PIB. Porém, mesmo que, por inúmeras razões, os bancos brasileiros não
827 estejam em crise, mas registrando significativos percentuais de lucro, como o BB com 74% de aumento
828 sobre 2007, um recorde de R\$ 8,8 bilhões (DC, 20/02/09), estes estão reduzindo enormemente as suas
829 atividades de crédito, com aumento de taxas e de juros, o que afeta diretamente a economia nacional.

830 Seja pelo refluxo no mercado consumidor, principalmente internacional, com repercussões diretas nos
831 setores voltados ao mercado exportador, seja por excesso de cautela em resguardar suas enormes
832 margens de lucros obtidas nos últimos anos ou mesmo pelo oportunismo em flexibilizar direitos
833 trabalhistas, os representantes do capital industrial, comercial e financeiro não perderam tempo em
834 pressionar o Governo, os trabalhadores e suas entidades sindicais com demissões e medidas de
835 flexibilização das relações de trabalhos, como a redução da jornada com a redução de salários. Além
836 disso, ampliaram seus esforços na campanha midiática junto a sociedade para pressionar o Governo a
837 implementar a falsa necessária mudança da legislação trabalhista.

838 Apesar dessa turbulência internacional e nacional, é preciso destacar que a situação financeira da maioria
839 das empresas brasileiras permanece sob controle, não se justificando as demissões que ocorreram em
840 vários setores, como montadoras, metalúrgicas, siderúrgicas, agroindústrias e bancos. Pelos dados do
841 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),
842 em janeiro de 2009 o nível de emprego formal (com carteira assinada) apresentou uma queda de 0,32%
843 em relação ao estoque do mês anterior, significando uma perda de 101.748, bem inferior aos registrado
844 em dezembro, com 650 mil vagas. Em fevereiro, pelos dados do IBGE, o desemprego nas regiões
845 metropolitanas ficou em 8,5%, bem abaixo dos 9,6% estimados pelo mercado e abaixo, também de
846 fevereiro de 2008, que Foi de 8,7%. Pelos dados do Caged, o mês de fevereiro apresentou um saldo
847 positivo de cerca de 20 mil novos postos de trabalho que, pode parecer pouco expressivo, mas, diante
848 dos números negativos dos dois meses anteriores e dos números negativos em vários países, é motivo
849 para renovar as esperanças e manter a luta pela redução de jornada sem redução de salários.

850 Para a CUT, portanto, é inamissível demissões como a realizada pela Embraer, que ceifou 4200 empregos
851 em fevereiro de 2009. Em nota, a CUT afirmou que as demissões “são frutos da incompetência
852 administrativa, do amadorismo gerencial e do oportunismo da empresa”. A Embraer, além dos inúmeros
853 aportes que recebeu do BNDS ao longo dos anos, cujo patrimônio é em grande parte composto por
854 recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quebrou recordes em 2008 com a venda de 204
855 aparelhos, contra os 195 que estimava, um crescimento de 20% sobre 2007. Em recente lista que
856 incluem multinacionais, a empresa figura como a 16^a maior receita entre as indústrias em atuação no
857 território nacional e como o 15^o maior lucro líquido. O mesmo aconteceu com a Vale que, apesar do lucro
858 de R\$15, 17 bilhões em 2008, livre dos R\$ 5 bilhões distribuídos aos acionistas, alegou a necessidades de
859 ajustes nas despesas em virtude da crise mundial para demitir, em dezembro de 2008, 1300
860 trabalhadores (Hora do Povo, 18 e 19/03/09). Justificativa que se contradiz com o anúncio feito pelo
861 diretor executivo de finanças da Companhia, em 25 de Fevereiro de 2009, do compromisso de entregar
862 30 milhões de toneladas de minério de ferro para a China no primeiro trimestre de 2009, “a maior venda
863 de minério da companhia já registrada para a China”.

864 Outro setor que se antecipou nas demissões foi o da indústria automobilística. Demitiu, no final de 2008,
865 milhares de trabalhadores em todo o Brasil, mas, logo nos dois primeiros meses de 2009, não só teve
866 que recontratar como também convocar os funcionários para horas extras em seis sábados para atender
867 a venda de 191,3 mil novos veículos que, fomentada pela redução do IPI, bateu recorde sobre o mesmo
868 período de 2008. As demissões em metalúrgicas, siderúrgicas, mineradoras e outros setores, portanto,
869 muito mais que real necessidade, se deve ao excesso de cautela e/ou mesmo ao oportunismo do
870 empresariado para seus projetos de flexibilização da legislação trabalhista.

871 Frente a esse cenário, seja de oportunismo seja de excesso de cautela ou mesmo de reais repercussões
872 da crise internacional sobre alguns setores, a CUT, ao contrário de outras Centrais Sindicais, não aceitou
873 negociar direitos. Com os números da economia nos últimos cinco anos, que registraram o crescimento
874 médio anual do PIB em 3,93% entre 2003 e 2007 e a estimativa de 5,62% do Instituto Focus para o PIB
875 de 2008, confirmada pelo IBGE, no mês de março, em 5,1% (o segundo maior do mundo, depois da
876 China, com 9%) o movimento sindical cutista soube separar os fatos dos boatos e dos oportunismos.
877 Mantendo sua coerência política, formulou propostas e negociou, seja mediante o diálogo seja a partir da
878 mobilização e da pressão, tanto com os Governos federal e estaduais quanto com os representantes
879 patronais. Exemplo disso foram as várias mobilizações entre janeiro e fevereiro, inclusive com o dia
880 nacional de mobilizações contra a crise, em 11 de fevereiro, que reuniu milhares de trabalhadores nos
881 atos e manifestações em todo o Brasil.

882 **A crise em Santa Catarina**

883 Em Santa Catarina, apesar de sua economia altamente centrada na indústria voltada ao mercado
884 exportador, pode-se afirmar que a repercussão da crise internacional não está sendo maior que os
885 estragos provocados em consequência das fortes chuvas que caíram no litoral nos meses de novembro e
886 dezembro, com centenas de mortes e de famílias ficando sem moradia e sem seus postos de trabalho,
887 como agricultores familiares, pequenos comerciantes e trabalhadores autônomos.

888 Ainda assim, possivelmente muito mais pela elevação dos custos com insumos e pela contenção do
889 crédito para importação pelos países compradores do que pelas demandas de consumo propriamente
890 dita, a agroindústria tem sido o setor onde os reflexos da crise têm sido mais evidentes. O exemplo mais
891 forte está caracterizado no pequeno município de Capinzal, meio oeste do Estado. Com 19 mil habitantes,
892 a Perdigão emprega diretamente seis mil trabalhadores e gera mais de cinco mil postos indiretos. Ou
893 seja, 20% dos habitantes do município trabalham na Perdigão, que responde por 80% da arrecadação
894 municipal. Esse reflexo da crise na agroindústria do Estado fez com que os investimentos da Aurora e
895 Perdigão para Canoinhas e Mafra, no Planalto Norte, anunciados no início de 2008, fossem adiados. No
896 caso da Aurora, ainda assim mantém sua prioridade de investir na conclusão da indústria de leite em

897 Pinhalzinho, com início das atividades previstas para setembro de 2009, gerando 600 novos empregos
898 (DC, 15/02/09).

899 Outro setor que também evidenciou os efeitos da crise internacional, além da madeira e da metalurgia,
900 são os têxteis, com a queda de 33,5% na exportação no mês de janeiro de 2009, comparado com janeiro
901 de 2008 (DC, 17/02/09).

902 Apesar do refluxo no último trimestre do ano passado e primeiro de 2009, que baixou a previsão do PIB
903 nacional para este ano, devendo ficar abaixo dos 2%, os líderes empresariais catarinense estão otimistas
904 em relação ao segundo semestre do ano e prevêem que em 2010 a crise deverá ser tratada como coisa
905 do passado (DC, 03/03/09). Otimismo que se deve a vários fatores: diminuição no saldo negativo entre
906 admissões e demissões em fevereiro de 2009, que foi de 1.523, um percentual de 53,29 menos que o
907 saldo de 3.212 demitidos em janeiro; os números da produção industrial catarinense em 2008, que teve
908 crescimento de 7,06% sobre 2007, e em janeiro de 2009, quando também registrou crescimento de 5%
909 sobre dezembro de 2008, o terceiro melhor do país; crescimento, também, no comércio varejista em
910 2008, de 7%, e nas vendas dos supermercados, que em janeiro de 2009 vendeu 7,42% a mais que em
911 janeiro de 2008; aumento na venda de carros novos logo no primeiro trimestre de 2009, que exigiu dos
912 compradores da capital a paciência de aguardar até 60 dias para receber o veículo; os investimentos
913 previstos pela iniciativa privada e pelo Governo Federal com as obras do PAC; a liberação de créditos,
914 pelo Governo Federal, para o financiamento de carros usados, assim como o aumento dos recursos para
915 moradia popular e financiamento habitacional. Otimismo que veio com o anúncio, em meados de março,
916 do retorno das importações de carne suína pela Rússia. No ramo da construção civil, as empresas
917 continuam investindo em novos projetos, gerando empregos e fomentando a economia como um todo.
918 No geral, sem considerar os investimentos públicos do PAC por parte do Governo Federal, o Estado deve
919 receber, em 2009, o aporte de mais de R\$ 900 milhões de investimentos em novos empreendimentos,
920 com a geração de quase seis mil empregos nos setores da construção civil, da indústria e do comércio
921 (DC, 15/02/09). Dos investimentos previstos estão a Marcegaglia, com R\$ 240 milhões para ampliação da
922 fábrica em Garuva e a geração de 210 novos postos de trabalho; a Aurora, com R\$ 150 milhões e 650
923 empregos diretos; o Joinville Garten Shopping, com R\$ 150 milhões; os Shoppings Via Catarina em
924 Palhoça e o Ideal em São José; a Rede de varejos Wal-Mart, com R\$ 132 milhões em 15 lojas em 9
925 municípios e a geração de 760 postos de trabalho (FSP, 18/02/09). No sul do Estado, a Damyller tem
926 previsão de investir em Criciúma com a ampliação de um novo parque fabril de 12 mil metros quadrados.
927 No município de Nova Veneza, a Indústria de Confecções La Moda investe em um novo parque fabril,
928 com previsão de 400 novos postos de trabalho a partir de 2010 (DC, 04/02/2009; 04/03/09; 11/03/09).

929 A estes fatores, para o otimismo dos líderes empresariais do Estado, soma-se o modestíssimo Plano do
930 Governo do Estado de SC, apresentado no final de fevereiro, com três pontos básicos: 1) acelerar os
931 investimentos até 2010 com R\$ 8,3 bilhões, sendo R\$ 4,4 dos cofres públicos, em grande parte, R\$ 1,2
932 bilhão, para educação e R\$ 500 milhões em infraestrutura; 2) Aumentar a arrecadação, com o aumento
933 de 14% na arrecadação do ICMS, a redução do custeio do Governo e o contingenciamento orçamentário
934 de R\$ 1,7 bilhão; 3) Manter os benefícios aos investidores, com tratamento tributário diferenciado a
935 alguns setores que, atualmente, somam seis mil empresas beneficiadas, possivelmente com os recursos
936 captados pelo polêmico Projeto do Fundo Social, cujos recursos, em grande parte, são oriundos da
937 isenção e/ou renúncia fiscal, repercutindo na redução da receita pública e consequentemente, em cortes
938 no orçamento de saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança pública, etc (DC, 21/02/09). O que é
939 necessário, portanto, são medidas que protejam os empregos e assegurem e ampliem os direitos
940 trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores, gerando renda e poder de consumo dos assalariados.

941 **A repercussão da crise monetária internacional nas relações de trabalho e os** 942 **desafios para o movimento sindical combativo**

943 Embora até então aparentemente inofensiva para a classe trabalhadora, essa engenharia neoliberal do
944 mercado financeiro atual tem repercussões enormes no mundo da produção e, assim, também nas

945 relações de trabalho. A falta de crédito, por ser esse a força motriz da economia capitalista, hoje muito
946 mais que em outros momentos da história, diminuiu o consumo e, com ele, as demandas da produção de
947 bens e de serviços.

948 Por ser os Estados Unidos o epicentro desse terremoto de capitais e o fato de ser o maior importador do
949 mundo, obviamente pelo alto padrão de consumo do modelo norteamericano de desenvolvimento, a
950 repercussão sobre os demais países é desastrosa. Para uma idéia do que significa o poder dos EUA sobre
951 a economia mundial, basta ter presente que o seu PIB de US\$ 13,8 trilhões corresponde a 25% do PIB
952 mundial. Sozinho, o PIB americano é igual a soma dos PIBs do Japão (US\$ 4,4), da China (US\$ 3,3), da
953 França (US\$ 2,6), da Itália (US\$ 2,1), e do Canadá (US\$1,4) (FSP, 10/11/08). Outra expressão do
954 poderio americano pode ser medida pela sua supremacia militar e tecnológica, com os gastos militares
955 anuais de US\$ 547 bilhões, contra US\$ 791 bilhões do restante dos países do planeta; só a frota naval
956 americana é maior do que a frota das 13 maiores frotas navais do mundo juntas. A supremacia
957 econômica norteamericana pode ser medida também no elevadíssimo consumo de energia, que é de
958 23,3% do total produzida no mundo, ainda que com menos de 5% da população mundial. Para assegurar
959 seu atual padrão de desenvolvimento e a cultura de consumo que cultua, os Estados Unidos emitem
960 nada mais nada menos do que 21,3% do total mundial dos gases poluentes, com 20,1 toneladas por
961 habitante ano. Nos EUA, hoje, são descartados 426 mil celulares por dia em troca de novos modelos. A
962 quantidade de lixo por habitante produzida diariamente em Nova York é de 3 kg, contra 1,5kg na
963 cidade de São Paulo. Por conta desse alto padrão de consumo, os EUA tem hoje menos de 4% das suas
964 florestas originais. Se o mundo produzisse e consumisse no mesmo padrão dos EUA, seria necessário de
965 3 a 5 planetas para atender todas as demandas. É com esse padrão de produção e de consumo, que os
966 EUA são a potência que são no fomento da produção industrial e agropecuária e, com isso, de geração
967 de empregos e de postos trabalho em várias partes do mundo. Porém, é também com esse modelo de
968 desenvolvimento, com o padrão de produção e de consumo que vende para o mundo como o ideal, que
969 fazem dos Estados Unidos o maior devastador ambiental e humano do planeta. Portanto, o modelo de
970 desenvolvimento norteamericano é incompatível com o desenvolvimento sustentável planetário, pois
971 jamais preservará o meio ambiente e jamais fomentará os empregos e postos de trabalho com a
972 qualidade humana necessária que demanda o mundo hoje.

973 Para a CUT, portanto, depositar na recuperação econômica dos EUA e no alto padrão de consumo dos
974 norteamericanos a esperança da necessária estabilidade econômica internacional; estabilidade econômica
975 que garanta o desenvolvimento econômico com empregos e postos de trabalho em condições e renda
976 dignas, ainda que sejam os EUA a grande potência importadora mundial, é fechar os olhos para os
977 irreparáveis danos que ao longo dos anos provocou em todo o planeta, com toda a degradação ambiental
978 e exploração humana. Para a Central, é preciso ter claro que o padrão de desenvolvimento dos Estados
979 Unidos é excludente, é só dele e jamais poderá ser usufruído pela totalidade dos habitantes da terra. É
980 preciso, pois, urgentemente repensar o modelo de sociedade, a começar pelo modelo de
981 desenvolvimento pautado na cultura do consumismo e do individualismo que hoje está em curso no
982 mundo.

983 **O capitalismo fracassou e a reconstrução do socialismo é necessidade urgente**

984 Para a CUT, o sistema capitalista não é um sistema acabado e muito menos o ideal para a humanidade.
985 Fruto de um longo processo histórico de acumulação de riquezas, de competição e de exclusão baseado
986 na produção voltada para o lucro e não para a satisfação das necessidades humanas, o sistema
987 apresenta, ano após ano, cada vez mais sua falência social, ambiental, cultural e política. Um sistema de
988 produção de bens e de serviços, de distribuição e de consumo que se altera ao longo dos anos e que
989 hoje está fortemente centrado no financeiro.

990 Para uma idéia do que significa o atual mercado financeiro, basta comparar o volume do PIB mundial de
991 2007, que é a soma de tudo o que foi efetivamente produzido de bens e serviços no mundo, com o
992 volume de papéis negociados no sistema financeiro mundial. Enquanto que o PIB foi de US\$ 55 trilhões,

- 993 o mercado de direitos, de títulos que são repassados de uma parte a outra do planeta sem que um único
994 bem tenha sido produzido, foi de US\$ 600 trilhões.
- 995 Para a Central, no entanto, ainda que o sistema financeiro especulativo venha a ser coibido ou
996 controlado, como defendem alguns intelectuais e até mesmo governantes internacionais, o sistema
997 capitalista não só continuará sob ameaça de autocolapso, mas também de destruição do próprio planeta.
998 Os efeitos colaterais dos processos econômicos do modelo em curso, como a produção de lixo, o
999 desperdício de matéria-prima e de energia, a destruição da biodiversidade, o esgotamento dos recursos
1000 naturais e do solo, assim como a exclusão social, a miséria, a fome e inúmeras doenças, são alguns dos
1001 fatores que nos dão mostras da insustentabilidade do sistema capitalista. Ou seja, não há futuro para a
1002 humanidade no capitalismo.
- 1003 Ao capitalismo não interessa as novas tecnologias para o bem estar da humanidade, mas para produzir e
1004 lucrar mais. Com as novas tecnologias, seria possível produzir mais com menos trabalho; seria possível
1005 trabalhar menos para satisfazer as necessidades básicas de toda a população. No entanto, as novas
1006 tecnologias estão a serviço da produção e do consumo voltados para o lucro. Por isso, nem o aumento da
1007 produção e nem da produtividade são os únicos fatores necessários e responsáveis para a melhoria da
1008 qualidade de vida das pessoas. É preciso, além disso, repensar o modelo de produção e o padrão de
1009 consumo anual não só para permitir a ampliação ou o mínimo de condições para a qualidade de vida a
1010 todos e todas, mas garantir também que o próprio planeta não entre, precocemente, numa nova era
1011 geológica. Era, esta, marcada pelo degelo da calota polar, do alagamento das zonas litorâneas e a
1012 expansão dos desertos, frutos do tão falado aquecimento global que, embora se deva a vários outros
1013 fatores, está provado que é essa lógica capitalista de produção e de consumo a responsável por sua
1014 aceleração.
- 1015 É por essa natureza perversa de acumulação de riquezas, seja mediante o mercado financeiro seja pela
1016 produção voltada para o lucro e não para a satisfação das necessidades reais do ser humano (ainda que
1017 esse padrão seja real, e continuará sendo, apenas para cerca de um bilhão de pessoas em todo o
1018 mundo, mas que consome 80% do total de riquezas do planeta, restando a outro tanto a fome e a
1019 miséria) que podemos afirmar que o sistema capitalista fracassou. Fracassou ao condenar mais de um
1020 milhão de seres humanos à miséria e à morrer por falta de comida ou por doenças causadas pela falta de
1021 condições sanitárias básicas.
- 1022 O sistema fracassou ao não preservar o planeta do esgotamento das reservas naturais e da degradação
1023 ambiental desencadeado pelos processos de produção e de consumo que implantou; fracassou pela
1024 exploração irresponsável de matéria prima para a indústria que produz apenas na lógica da
1025 competitividade e do lucro, alimentando a cultura do descartável que polui rios, oceanos, florestas,
1026 nascentes de água potável e toda a biodiversidade; fracassou ao acelerar o milenar processo de
1027 aquecimento global que, conforme o relatório do 4º Ano Polar Internacional, divulgado no dia 25 de
1028 fevereiro de 2009 em Genebra, "tanto o manto de gelo da Groenlândia quanto o da Antártida estão
1029 perdendo massa e, portanto, aumentando o nível do mar".
- 1030 O sistema fracassou nas doenças ocupacionais, nos milhões de mutilações e mortes nos locais de
1031 trabalho; fracassou ao excluir milhões de postos de trabalho, gerando exclusão sócio-econômica,
1032 depressão, suicídio e violência de todos os tipos, quando os avanços das tecnologias de produção
1033 deveriam servir para reduzir a jornada de trabalho e não para diminuir os postos de trabalho, mantendo
1034 aqueles que permanecem com a mesma carga horária e sob ritmos de produção cada vez mais
1035 extenuantes.
- 1036 Fracassou, porque é dessa cultura capitalista que impera a "lei do mais forte", levando alguns Estados a
1037 cometerem massacres, como as ações militares de Israel sobre o povo palestino que, entre 2000 e 2009,
1038 segundo relatório publicado em fevereiro de 2009, pela revista médica britânica "The Lancet", já matou
1039 mais de seis mil palestinos, a maioria civil; só nos 22 dias de janeiro de 2009 na campanha das Forças
1040 Armadas de Israel em Gaza, foram 1.380 palestinos - mais de 30% deles mulheres e crianças, um

1041 verdadeiro terrorismo de Estado, apoiado pelos Estados Unidos e outras grandes potências mundiais que
1042 se limitaram a criticar a desproporção da retaliação israelense contra o Hamas. É também a partir dessa
1043 “lei do mais forte” que levou potências mundiais a saquearem homens e mulheres no continente africano
1044 para o trabalho escravo; a usarem a pobreza e a fome da África subsariana para experimentos
1045 laboratoriais na indústria farmacêutica; a fomentarem guerras e/ou intensificarem conflitos étnicos
1046 sangrentos, onde milícias tribais e exércitos, em grande parte, formados por meninos e meninas, ceifam
1047 milhares de vidas com todos os tipos de violências contra crianças, jovens, pais e mães de todas as
1048 idades e etnias na África e na Ásia, assim como na América Latina e no Caribe, em disputas por território,
1049 por petróleo e outros recursos naturais.

1050 É preciso, portanto, ousar nas denúncias dos fracassos do sistema capitalista e ousar na formulação de
1051 novos discursos e processos de construção de um novo socialismo. Um socialismo baseado na maior
1052 participação do Estado na economia, não só regulando o sistema financeiro, mas também o sistema
1053 produtivo, coibindo a produção para o acúmulo de riquezas e ampliando a participação estatal nas
1054 finanças e na produção de bens e de serviços essenciais. Um socialismo baseado na democracia das
1055 estruturas e órgãos públicos, na organização autogestionária da produção, das finanças e da
1056 comercialização. Um socialismo baseado na cultura da produção e do consumo para as necessidades
1057 reais do ser humano; uma cultura de transporte coletivo em detrimento do transporte individual. Um
1058 socialismo baseado no uso social da terra voltada para a produção de alimentos orgânicos e/ou não
1059 transgênicos, priorizando e intensificando a agricultura familiar. Enfim, um socialismo pautado na
1060 responsabilidade sobre os recursos naturais, a biodiversidade e sobre o ser humano.

1061 **Por um novo projeto de desenvolvimento**

1062 Para a CUT, a discussão em torno da construção desse novo socialismo passa pela discussão de um novo
1063 projeto de desenvolvimento, a começar pela redefinição do papel do Estado na economia, não só
1064 regulando o sistema financeiro, mas, inclusive, limitando as expectativas de lucros que são perseguidos
1065 às custas do ser humano e dos recursos naturais. Não basta políticas de distribuição de renda, se o
1066 padrão de consumo não for contido, pois se o atual padrão de consumo fosse estendido a todos os
1067 terráqueos (pretensão que os representantes do capital sabem que jamais acontecerá) seria necessário
1068 entre 3 e 5 planetas terra para atender as demandas. Portanto, trata-se de um padrão de produção e de
1069 consumo elitista, concentrador e, por isso, excludente.

1070 Para a Central, portanto, as lutas da classe trabalhadora vão muito além das lutas por empregos, salários
1071 e condições de trabalho; lutas que deram origem ao movimento sindical. O atual momento do capitalismo
1072 nos exige, cada vez mais, pensar as lutas para além da empregabilidade, pois o sistema que, por
1073 natureza é excludente, investe, permanentemente, em tecnologias de produção e de organização do
1074 trabalho com o objetivo de reduzir postos de trabalho e gerar mais lucro.

1075 Assim, tanto a informalidade e outras formas de precarização quanto o trabalho autônomo e o trabalho
1076 autogestionário, nos desafiam a pensar e atuar enquanto Central Sindical. Embora os trabalhadores
1077 estatutários e de carteira assinada ainda sejam, e continuarão sendo por muitos, em grande número, não
1078 vamos assegurar uma sociedade de direitos iguais para nós e nossos filhos somente a partir da
1079 empregabilidade e nos marcos do sistema capitalista.

1080 Também no que se refere ao atual modelo de desenvolvimento em curso, inclusive o brasileiro, em que
1081 pese a importância dos nossos esforços para medidas governamentais que assegurem o crescimento com
1082 distribuição de renda, com geração de empregos e responsabilidade social e ambiental, este, na lógica da
1083 produção para o alto padrão de consumo e lucro, sempre vai deixar à margem grandes contingentes
1084 humanos. É preciso, pois, lutar por uma sociedade de oportunidades de vida coletiva, muito além da
1085 cultura de individualismo e de consumo formatado pelo padrão de desenvolvimento norteamericano.

1086 Para a Central, as lutas em torno desse novo modelo de desenvolvimento passam tanto pelas grandes
1087 discussões teóricas e políticas junto aos intelectuais, políticos e governantes quanto pelas discussões e

1088 ações em conjunto com os movimentos sociais e populares e, sobretudo, com e a partir das nossas
1089 bases, os trabalhadores e trabalhadoras que representamos diretamente no município, na região, no
1090 Estado. Mas, além dessas discussões e ações de reivindicação e denúncia, a construção desse novo
1091 modelo de desenvolvimento passa pelo exercício de solidariedade de classe. Solidariedade que se
1092 concretiza no consumo de produtos, bens e serviços produzidos de forma autogestionária por
1093 trabalhadores e trabalhadoras inseridos nas discussões de um novo modelo de sociedade; solidariedade
1094 que se concretiza nas ações de apoio e nas denúncias de todo e qualquer tipo de violência contra os
1095 pescadores, os agricultores, os ribeirinhos do Amazonas, os índios e os sem terra de todo os cantos
1096 desse imenso Brasil, da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe.

1097 É nessa dimensão planetária de solidariedade e de compromisso com o ser humano e o planeta que faz
1098 da nossa Central ser Única dos Trabalhadores.

1099 Deliberamos, pois, nesse 10º CECUT, pautar essas concepções no 10º CONCUR e em todas as demais
1100 instâncias de discussões da Central para que esta, com sua enorme base social e reconhecida nacional e
1101 internacionalmente, intensifique sua atuação em todos os espaços locais, nacionais e internacionais
1102 pautando e fomentando a discussão em torno do tipo de sociedade que estamos construindo;
1103 denunciando o atual modelo de desenvolvimento e fomentando a discussão em torno da necessidade de
1104 um novo modelo baseado em novas relações de produção, de crédito, de comercialização e de novos
1105 hábitos de consumo, assim como baseado em novas relações entre homens e mulheres de todas as raças
1106 e etnias e entre estes e o meio ambiente.

1107 Com esses desafios e o papel de lutar pela ampliação e/ou garantia de empregos, de postos de trabalhos
1108 e de direitos, mas também com o compromisso de lutar pela democratização do Estado e a ampliação
1109 das políticas públicas e sociais que assegurem a todos e todas a democratização do acesso aos direitos
1110 fundamentais, individuais e coletivos, os delegados e delegadas do 10º CECUT deliberam as políticas e
1111 lutas para a CUT SC nos próximos três anos. Políticas e lutas organizadas em quatro eixos estratégicos de
1112 atuação, com atividades de organização, formação e mobilização de sua base, e atividades de negociação
1113 e representação política.

- 1114 1. Atuação frente a relação capital – trabalho
- 1115 2. Atuação frente aos desafios da disputa de hegemonia;
- 1116 3. Atuação na solidariedade de classe trabalhadora
- 1117 4. Atuação para o fortalecimento da organização cutista

1118 **1º eixo - Atuação frente à relação capital – trabalho**

1119 No eixo estratégico da **atuação frente à relação capital – trabalho**, temos os embates diretos com
1120 os representantes do capital, tanto os empresários e grandes executivos quanto os seus representantes
1121 na esfera política, mais precisamente os que exercem mandatos nos Executivos e Legislativos da União,
1122 dos estados e dos municípios. Mantendo a postura de não abrir mãos dos direitos historicamente
1123 conquistados, nem mesmo sob a alegação de garantir os postos de trabalho, os desafios cutista nesse
1124 campo estão nas lutas por melhores salários e por condições de trabalho dignas com a natureza humana.
1125 Condições que são asseguradas mediante adequados equipamentos, ambientes e organização do
1126 trabalho que preservem a integridade física, moral e psicológica dos trabalhadores e trabalhadoras.

1127 Sabemos que os avanços no campo das tecnologias, que resultam em alta produtividade e altas margens
1128 de lucros, permitiram a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e sem o uso das horas
1129 extras. No entanto, ao contrário do que afirmam alguns, as novas tecnologias no processo produtivo não
1130 resultaram em melhorias das condições de trabalho. Além da exigência de maior escolarização e
1131 qualificação técnica, vieram, também, a cobrança por atitudes de polivalência em múltiplas funções e a
1132 imposição de ritmos de trabalho cada vez mais extenuantes, intensificando-se as exigências de
1133 permanência nas esteiras de produção que não permitem sequer o tempo necessário para suprir as

1134 necessidades básicas de água e banheiro. Os resultados para os trabalhadores são as doenças
1135 ocupacionais de todos os tipos, desde seqüelas físicas até psicológicas e morais. A lógica perversa do
1136 sistema é contratar jovens saudáveis e devolver para a família, para o Estado e para a sociedade homens
1137 e mulheres doentes, com sequelas e passando a depender do péssimo Sistema Único de Saúde e do
1138 INSS, com milhares de registros de atendimento desumano.

1139 Assim, aprofundar conhecimentos para as mesas de negociação tanto com os empregadores quanto com
1140 os representantes do capital no campo da legislação dos vários espaços do poder público, seja
1141 combatendo qualquer iniciativa de retirada de direitos seja discutindo, formulando e apresentando
1142 projetos de leis que ampliem direitos trabalhistas e sociais, é um desafio para o qual deliberamos a CUT
1143 continuar atuando. Desafio que passa pela organização e pela formação política e técnica da base.

1144 Para as **negociações das Convenções e/ou Acordos Coletivos**, além de buscar assegurar avanços
1145 nas diretrizes já deliberadas pela Central, como melhores salários, a não aceitação dos bancos de horas;
1146 a igualdade de salários entre mulheres e homens (*que no Estado de SC é 16,6% inferior ao dos homens,*
1147 *alcançando os 21,7% de diferença na indústria*); a igualdade de salários entre negros e brancos; a
1148 extensão da licença maternidade para 180 dias (*apesar da lei de incentivo sancionada pelo Governo*
1149 *Federal contemplar apenas as médias e grandes empresas*), a Direção da Central intensificará os esforços
1150 para a definição de pautas cutistas comuns ao conjunto das categorias mediante a realização de
1151 seminários anuais e/ou semestrais (DC, 06/03/09).

1152 Em relação ao atual cenário de crise econômica internacional, a CUT reafirma sua posição de não abrir
1153 mãos de direitos conquistados. Para a CUT, em que pese repercussões isoladas em alguns setores, o
1154 preço da crise não deverá ser pago pelos trabalhadores, pois estes nunca usufruíram dos lucros obtidos
1155 pelos empresários e especuladores nos anos de crescimentos e altos lucros. Assim, mesmo pressionado a
1156 negociar direitos, jornada e salários, o movimento sindical deverá ser firme na contra-argumentação,
1157 considerando os avanços registrados nos últimos anos, com alguns setores obtendo lucros enormes,
1158 sobretudo as multinacionais, que remeteram aos seus países de origem, só nos últimos dois anos, US\$
1159 100 bilhões de dólares, US\$ 36 a mais do que o capital investido no Brasil no mesmo período⁴.

1160 Nosso posicionamento, parte, também, da compreensão de que há no Brasil um vasto potencial de
1161 consumo e, portanto, nesse momento de crise, a responsabilidade de todos apela para a manutenção
1162 e/ou mesmo geração de empregos (daí a importância da redução da jornada sem redução e salários) e
1163 bons salários. Com empregos e salários por parte dos empresários e políticas governamentais de
1164 desoneração tributária, de redução da taxa básica de juros, de transferência de renda e de crédito para
1165 financiamento da exportação e para o consumo, os trabalhadores vão produzir e consumir, resultando no
1166 crescimento econômico brasileiro, blindando os efeitos da crise internacional no cenário nacional.

1167 No **âmbito da legislação**, lutaremos pela revogação do fator previdenciário e por uma política de
1168 reajuste do salário dos aposentados que garanta o reajuste anual do INPC; pela redução da jornada de
1169 trabalho sem redução de salários; pela aprovação de uma lei que proíba as horas extras fora das
1170 situações emergências, como calamidades em função de fenômenos climáticos e/ou acidentes.
1171 Deliberamos, também, lutar pela aprovação de um dispositivo legal que assegure a ultratividade,
1172 garantindo a continuidade da Convenção e/ou Acordo Coletivo até que uma nova Convenção e/ou Acordo
1173 Coletivo seja firmado.

1174 Deliberamos continuar defendendo a aprovação, pelo Congresso Nacional, das Convenções 151, 158 e 87
1175 da OIT e estaremos atentos para nos mobilizar contra a Emenda 3, caso seja reapresentada em Plenário
1176 do Senado pelo Presidente da casa. Pautaremos no 10^o CONCAT a necessidade da CUT encampar uma
1177 campanha nacional para a revogação da lei sobre os interditos proibitórios, que está fragilizando judicial
1178 e financeiramente as entidades sindicais combativas com processos e multas em todo o Brasil.

⁴ “A face oculta do investimento estrangeiro”, Bernardo Kucinski – Revista Brasil, março de 2009.

1179 Pela importância que tem na preservação dos recursos naturais, na geração de postos de trabalho e,
1180 fundamentalmente, na produção de alimentos, inclusive não transgênicos e/ou orgânicos, mesmo
1181 ocupando apenas 30% das terras cultiváveis do país, mas responsável em 70% da produção nacional e
1182 10% do PIB, a **agricultura familiar** é central nas nossas discussões em torno de novo modelo
1183 desenvolvimento sustentável e solidário. Por isso deliberamos defender as lutas da FETRAF Sul/CUT em
1184 torno da ampliação das políticas de crédito, de assistência técnica, de escolarização no e a partir do
1185 campo, de moradias e outras políticas que assegurem as condições para incentivar e/ou manter aqueles
1186 que optam em viver no campo. Deliberamos, também, em defesa de uma ampla reforma agrária,
1187 garantindo terra, assistência técnica e crédito aos trabalhadores que comprovarem real e duradouro
1188 compromisso com o uso da terra para o destino a que lhe foi concedido, punindo os possíveis desvios
1189 cometidos por aqueles que venderem e aqueles que comprarem terras da Reforma Agrária.

1190 Reafirmamos nossa bandeira contra o trabalho aos domingos e feriados e ratificamos nossa posição
1191 contra o trabalho escravo e infantil, sobretudo ao ter presente que SC é o sexto Estado no trabalho
1192 infantil no país.

1193 Nas lutas por melhores salários e condições de trabalho no âmbito do **Governo do Estado**, repudiamos
1194 a postura do Governador Luiz Henrique da Silveira em não receber as entidades sindicais, como o SINTE
1195 e o SINTESPE, para as negociações, possivelmente por retaliação à postura combativa das entidades; do
1196 SINTE, em especial a partir das lutas em defesa da democracia na gestão pública, como se explicitou nos
1197 embates, no início de 2007, por ocasião da eleição para a Direção do Instituto Estadual de Educação, e
1198 do SINTESPE, pelo protagonismo da entidade nas discussões da Reforma Administrativa e da criação do
1199 Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de SC - IPREV. Por isso, deliberamos pela defesa do
1200 direito de negociação nos serviços públicos municipais e estaduais do Estado de Santa Catarina, assim
1201 como defendemos o direito de greve nos serviços públicos, mediante a aprovação do PL 6141/02,
1202 formulado com a contribuição da CUT. Em relação aos servidores da rede estadual, defendemos a
1203 implantação de uma política salarial isonômica, com data base para o conjunto dos servidores. Também
1204 fortaleceremos o SINTE nas lutas contra a terceirização da merenda escolar e pelo pagamento do Piso
1205 Nacional de Professores, que sofre Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada por quatro
1206 Governadores, dentre eles o catarinense Luiz Henrique da Silveira, que se nega cumprir a lei,
1207 continuando com suas políticas de abono e premiação, assim como os inúmeros gestores municipais.

1208 Também nos embates com Governo do Estado, insistiremos na implantação do **Piso Salarial Estadual**,
1209 agora mediante um Projeto de Lei de iniciativa popular, mediante a coleta de, no mínimo, 100 mil
1210 assinaturas, uma vez que a proposta pautada pelas Centrais Sindicais, há mais de três anos, não foi
1211 encampada pelo Governador, que demonstra optar atender aos interesses da FIESC em detrimento dos
1212 interesses dos trabalhadores.

1213 **2º eixo - Atuação cutista frente ao modelo sócio-econômico, político e cultural** 1214 **hegemônico excludente**

1215 No eixo da **atuação frente ao modelo sócio-econômico, político e cultural hegemônico**
1216 **excludente** reafirmamos nosso enfrentamento com as elites que historicamente dominaram o país,
1217 hegemonzando sua ideologia e interesses através dos meios de comunicação, da educação, da política e
1218 da economia. Disputaremos políticas, programas e ações com o propósito de inverter prioridades
1219 historicamente pautadas pelas elites nacionais que em 500 anos levaram a grande maioria da nossa
1220 população à exclusão.

1221 Nesse sentido, por entendermos a comunicação como bem público, um bem que deve estar a serviço da
1222 sociedade e da democracia e não em função de interesses privados, externamos nossa compreensão
1223 acerca da importância da realização da Conferência Nacional de Comunicação, prevista para este ano de

- 1224 2009, conforme está sendo mobilizado pelas entidades e movimentos que lutam pela democratização da
1225 comunicação no país.
- 1226 Também na disputa de hegemonia firmamos nossa posição favorável à política de cotas para o ingresso
1227 nas universidades públicas, priorizando as cotas sociais e, dentro destas, as cotas raciais, haja vista os
1228 estudos comprovando o histórico de preconceitos no país, como demonstrado na pesquisa Data Folha,
1229 com a resposta espontânea de 56% dos entrevistados indicando que o preconceito no Brasil é sentido
1230 pelos negros; 21% pelos pobres e 8% pelos homossexuais, e pelo IBGE, em 2007, explicitando que a
1231 renda média dos trabalhadores brancos, R\$ 977,00, era quase o dobro da verificada entre os
1232 trabalhadores negros, estes com R\$ 506,00. Nesse mesmo ano, o IPEA publicou um estudo
1233 demonstrando que a diferença salarial entre negros e brancos com as mesmas características e inseridos
1234 no mesmo segmento de mercado de trabalho era de 11% a mais para os brancos (Folha de São Paulo,
1235 23/11/2008 – Especial).
- 1236 Reafirmamos, também, nossa defesa pela democratização do acesso aos direitos fundamentais, com a
1237 ampliação e universalização das políticas públicas de saúde, de moradia, de educação, de acesso ao
1238 crédito e de transporte. Somos defensores da ampliação das políticas sociais de renda mínima; políticas
1239 de igualdade de gênero, de respeito às diferenças étnicas/raciais e de orientação sexual. Lutaremos
1240 contra as políticas de Estado mínimo e a economia de livre mercado, receituários da falida concepção
1241 neoliberal para o falso desenvolvimento, com as desastrosas conseqüências sobre o meio ambiente e a
1242 classe trabalhadora.
- 1243 Contra esse modelo de desenvolvimento neoliberal hegemônico em crise, mas resistente, modelo
1244 centrado na cultura de consumo norteamericano, no individualismo e na busca de lucro a qualquer custo,
1245 gerador do esgotamento das reservas naturais e da degradação ambiental; do desemprego e da
1246 exclusão, pautaremos a necessidade urgente de avançar na construção de outro modelo de
1247 desenvolvimento. Outro modelo focado nas discussões que acumulamos em torno do desenvolvimento
1248 sustentável e solidário, cuja concepção vai além do crescimento econômico com distribuição de renda,
1249 pois demanda uma nova concepção de consumo, de produção, de distribuição e de crédito baseados
1250 também na autogestão e na solidariedade não só entre quem produz, mas também entre produtores e
1251 consumidores e entre estes e o meio ambiente. Um modelo de desenvolvimento pautado em uma nova
1252 cultura de relações sociais, culturais e políticas. Um modelo baseado numa maior participação do Estado
1253 na economia não só através do fomento mediante investimentos financeiros e técnico-científicos em
1254 setores estratégicos de infra-estrutura, energia, transporte, entre outros, mas também regulando
1255 sistemas financeiros e produtivos.
- 1256 Ao encamparmos esse desafio, além das discussões e propostas no âmbito das instâncias internas da
1257 CUT e dos vários espaços da sociedade, deliberamos em disputar o modelo de Estado, tanto na estrutura
1258 quanto na gestão, pois entendemos ter ele um papel central no fomento desse modelo. Disputa que
1259 requer o apoio às candidaturas do campo democrático e popular para os executivos e legislativos federal
1260 e estadual nas eleições de 2010. Candidaturas que de fato representem não somente a continuidade do
1261 Governo Lula, mas que aprofundem as reformas estruturais básicas necessárias ao desenvolvimento
1262 sustentável e solidário do país na concepção mais próxima possível das discussões que acumulamos e
1263 que acreditamos. A derrota nas eleições de 2010, principalmente no âmbito do Governo Federal,
1264 implicará, não só para nós brasileiros, mas para toda a América Latina, em muito mais do que um grande
1265 retrocesso dos avanços até então obtidos. Implicará numa violenta reação contra os trabalhadores,
1266 contra o movimento sindical e social com o objetivo de anular a capacidade de mobilização, de pressão e
1267 disputa destes nas investidas do capital em se apropriar, em quatro anos, o que deixaram de saquear
1268 nos oito anos de Governo Lula.
- 1269 Também deliberamos, conforme avaliação da 12ª Plenária Estadual e no balanço político deste 10º
1270 CECUT, em discutir a nossa relação com o Partido dos Trabalhadores e com os parlamentares da sigla no

1271 intuito de ampliá-la, sem perder nossa autonomia sindical, e fortalecer as discussões e projetos de
1272 interesse da classe trabalhadora.

1273 Em relação ao **Governo Federal**, no entanto, embora tenhamos avançado em várias bandeiras cutistas,
1274 deliberamos intensificar nossas ações, pois é inadmissível que o Presidente Lula termine seu segundo
1275 mandato sem a revogação do fator previdenciário; sem uma política de reajuste dos aposentados; sem a
1276 reforma sindical que garanta maior autonomia e democracia sindical, além de garantir a organização no
1277 local de trabalho; sem a reforma política que, entre outros pontos, deve limitar o número dos mandatos
1278 dos parlamentares; sem avançar num amplo e efetivo projeto de reforma agrária e de desenvolvimento
1279 da agricultura familiar no país. No campo da saúde pública, não podemos admitir que o montante dos
1280 recursos financeiros e a fiscalização na aplicação desses pelos gestores públicos municipais e estaduais se
1281 mantenham nos atuais patamares; não podemos admitir que os usuários do SUS continuem pagando por
1282 procedimentos médicos dentro de hospitais públicos como forma de agilizar os exames, ou, então, tendo
1283 que esperar meses e anos para realizar consultas com especialistas, exames e cirurgias, ficando, aqueles
1284 que sobrevivem à espera, com a real sensação de ingerência do apadrinhamento político nas unidades
1285 locais e/ou estaduais responsáveis pelo agendamento, situação para a qual defendemos a transparência
1286 nas listas de espera mediante a publicação na internet. Na educação, em pese a aprovação do piso
1287 nacional dos professores, a política afirmativa de cotas, o PROUNI, entre outras, não podemos admitir
1288 que o Presidente Lula entregue seu segundo mandato sem uma ampla reestruturação do sistema
1289 educacional brasileiro, desde a educação infantil até o ensino superior, unificando recursos públicos entre
1290 União, Estados e Municípios.

1291 No âmbito dos espaços de participação social na formulação das políticas públicas, reafirmamos nossa
1292 deliberação em participar nos Conselhos, Conferências e Audiências Públicas, formulando, propondo e
1293 disputando reformas estruturais e políticas públicas e sociais. Sem desprezar o conjunto dos setores,
1294 como educação, juventude, meio ambiente, agricultura e outras, no âmbito do Estado de SC nossas
1295 prioridades serão as instâncias que tratam das políticas públicas de saúde e de trabalho, emprego e
1296 renda, como o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda.

1297 No campo específico da saúde do trabalhador, deliberamos em continuar a luta pelo atendimento
1298 humanizado dos postos do INSS; pela aprovação da portaria interministerial 800 que cria a PNST –
1299 Política Nacional da Saúde do Trabalhador; pela implantação efetiva da RENAST no Estado – Rede
1300 Nacional em Atenção à Saúde do Trabalhador, com a construção do CEREST Estadual e dos CEREST's
1301 Regionais; pela aplicação das definições do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário nas unidades do
1302 INSS. Lutaremos, também, para que o SUS cumpra com seu papel de realizar vistorias e embargos no
1303 meio ambiente de trabalho, com quadro técnico concursado e capacitado para ações de vigilância
1304 sanitária e epidemiológicas. Também mantemos nossa defesa na aprovação do PL 082/2003 que
1305 estabelece a periculosidade dos canteiros da Indústria da Construção Civil e da Construção Pesada, e a
1306 aprovação do PL 2134/2003 que assegura alimentação nos canteiros de obras, além da proibição do
1307 amianto na produção e consumo no território catarinense.

1308 Em relação ao **Governo do Estado de SC**, nossa percepção é de que o Governador da Tríplice Aliança e
1309 do aparelhamento do Estado aos seus interesses políticos, pessoais e partidários, conduz sua gestão
1310 conforme as diretrizes do neoliberalismo da era Fernando Henrique Cardoso, com a política de Estado
1311 mínimo mediante reformas administrativas sem a menor atenção e investimentos nas políticas públicas
1312 de saúde, de educação, de segurança pública, entre outras, que melhorem a qualidade de vida dos
1313 catarinenses. Com “mão de ferro” e recorrendo a processos judiciais de toda a natureza, inclusive
1314 proibindo a publicação do livro “A descentralização no banco dos réus”, do empresário Nei Silva,
1315 proprietário da Revista MetrÓpole, exparceiro do Governo do Estado, Luiz Henrique, que responde
1316 processo de cassação do mandato no Superior Tribunal Eleitoral, acusado pelo Partido Progressista, de
1317 Espiridião Amim, por abuso de poder econômico e político nas eleições de 2006, fez três Reformas
1318 Administrativas, privatizando e/ou terceirizando serviços públicos essenciais, como o HEMOSC, o CEPON,

1319 a merenda escolar e, atendendo aos interesses do capital financeiro, criou o IPREV - Instituto de
1320 Previdência dos Servidores do Estado, que substituiu o IPESC, quebrado pela irresponsabilidade
1321 administrativa dos próprios governantes.

1322 LHS, com inúmeras situações de corrupção no seu Governo, não encampou a busca de alternativas para
1323 o histórico caos na saúde pública catarinense. Caos que é evidenciado em várias situações que merecem
1324 denúncias públicas, como o “vai-e-vem” de ambulâncias entre a capital e todas as regiões do Estado;
1325 como as enormes filas de espera nos Hospitais de Joinville, conforme noticiado pela mídia em 2007 e
1326 2008; como a falta de médico anestesista durante quase todo o ano de 2008 no maior hospital da região
1327 da Grande Florianópolis, o Hospital Regional São José, que atende usuários do SUS de todo o Estado,
1328 além da privatização do HEMOSC e do CEPON. No caso do HEMOSC e do CEPON, deliberamos para que a
1329 CUT lute, com os sindicatos dos servidores, para que seja revertido o controle administrativo para o
1330 Estado, evitando que o dinheiro público continue a ser tragado por taxas administrativas que beneficiam
1331 apenas os interesses privados das Organizações Sociais, onerando os cofres públicos e
1332 desregulamentando os direitos constitucionais dos servidores públicos, que passam a ser regidos por
1333 contratos temporários.

1334 A omissão de LHS na gestão do Estado evidencia-se, também, na (in)segurança pública, que parece
1335 funcionar somente nas ações do Sindicato dos Servidores Municipais de Fpolis e do Movimento Passe
1336 Livre de Florianópolis e de Criciúma, quando a PM é rapidamente acionada para inibir e/ou agir de forma
1337 truculenta, pois no que se refere ao Sistema Prisional catarinense, um dos piores do país, não funciona. A
1338 fuga de 70 detentos da Central de Triagem, em Florianópolis, no dia 8 de fevereiro de 2009, pela porta
1339 da frente, repetindo a façanha dos 43 presos em julho de 2008, assim como a fuga dos 11 da Delegacia
1340 de Itapema dois dias depois, a quarta nesta unidade prisional em duas semanas, são dois pequenos
1341 sintomas do colapso do Sistema Prisional do Estado. Mesmo que Lei de Execução Penal determine que
1342 em cada uma das 110 Comarcas do Estado (que ocupa a 7ª posição no ranking do PIB nacional) tenha
1343 uma cadeia pública, temos apenas 30 unidades, 27% do que determina a lei, repercutindo na
1344 superlotação do sistema carcerário, com total falta de condições salubres aos detentos e constantes
1345 fugas (DC, 09/02/09 e 24/09/08). A situação caótica do sistema prisional catarinense é tanta que o
1346 Ministério Público de Santa Catarina ajuizou ações definindo as instalações prisionais de SC como
1347 medievais, onde os presos, em muitas das nas unidades “vivem em celas cobertas de fezes e urinas” (DC,
1348 10/12/07). Denúncias que são confirmadas pelo Delegado Regional de Itapema ao justificar a fuga do dia
1349 10 de fevereiro: “A situação aqui na delegacia é degradante. Na fuga de hoje escaparam presos com
1350 HIV, tuberculose e infecções graves que estavam confinados praticamente sem ventilação” (DC
1351 11/02/09). Caos que reflete da omissão do Governador em cobrar dos responsáveis o cumprimento de
1352 suas atribuições, conforme explicitado nas palavras do próprio Delegado de Itapema, Carlos Dirceu Silva,
1353 velho militante do partido do Governador, ao afirma que não cabe à Polícia Civil cuidar dos presos, já
1354 que, na Reforma Administrativa realizada em 2007, o DEAP – Departamento de Administração Prisional
1355 deixou de ser um órgão da Secretaria de Segurança Pública para ser de responsabilidade da Secretaria
1356 de Justiça e Cidadania. A partidarização e o aparelhamento do sistema prisional catarinense é, portanto,
1357 para o Governador da Triplíce Aliança muito mais preciosa do que a própria segurança dos catarinenses
1358 (DC 11/02/09).

1359 Outra evidência do caos da Segurança Pública está nas próprias ações do Governador Luís Henrique
1360 contra os policiais militares que, depois de ter trocado o apoio da APRASC (Associação dos Praças de
1361 Santa Catarina) nas eleições de 2002 e 2006 e do Deputado Sargento Soares (na ALESC) pela promessa
1362 de reorganizar a estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do Sistema de Segurança
1363 Pública mediante a Lei Complementar nº 254, sancionada por ele em 15 de dezembro de 2003, agora se
1364 nega a cumpri-la. Contra as várias mobilizações no Estado, a reação do Governador foi taxá-las de
1365 “movimento guerrilheiro”, instaurando processos administrativos contra 16 PMs que correm o risco de
1366 serem expulsos da corporação sob a acusação de organização de “motins” nas unidades militares (DC,
1367 26//12/09 e 10/02/09).

1368 O Governo do Estado também parece desconhecer o mapa da exclusão socioeconômica catarinense, pois
1369 seu discurso e ações se voltam apenas para os meios e interesses indicados pela FIESC e para as
1370 centenas de viagens internacionais. Parece desconhecer, também, o mapa da degradação ambiental
1371 catarinense ao propor e aprovar na ALESC o Código Ambiental Catarinense sem considerar efetivamente
1372 as ressalvas apresentadas pela sociedade civil.

1373 A este quadro, acrescentam-se as investidas contra a educação pública, sem pagar o Piso Salarial
1374 Nacional dos Professores, a terceirização da merenda escolar, a perseguição de dirigentes sindicais, a
1375 negação em não dialogar com o movimento sindical, seja dos servidores públicos do Estado, seja com as
1376 Centrais e Federações Sindicais, como evidenciado na proposta de piso estadual de salários.

1377 Dessa forma, além de intensificar nossas iniciativas e/ou participação em todas as mobilizações em
1378 defesa dos servidores e dos serviços públicos com qualidade, em especial de saúde e educação, assim
1379 como intensificar nossas lutas em todos os atos e discussões contra as privatizações de empresas e/ou
1380 órgãos públicos e em discussões e atos voltados à preservação ambiental, deliberamos também apoiar as
1381 lutas em defesa da implantação da Defensoria Pública no Estado de SC; em manter as lutas pela
1382 definição de uma política estadual para a agricultura familiar, potencializando a diversificação da
1383 propriedade e apoiando os assentados do programa de reforma agrária, principalmente com serviços
1384 médicos, educacionais e de segurança alimentar; pelo fim do pagamento aos exgovernadores; pela
1385 criação de uma lei específica proibindo o nepotismo no serviço público estadual; pelo fim da tarifa de
1386 telefonia fixa, já aprovado na ALESC em 2005, mas vetado pelo Governador; pela isenção de pagamento
1387 das tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa renda com consumo até 50kw/mês; por uma
1388 política estadual de habitação rural e urbana para as famílias de baixa renda, cuja defasagem no Estado
1389 é de quase 200 mil unidades.

1390 Ainda na disputa pelo modelo de Estado, somos contrários, também, à privatização dos aeroportos,
1391 portos e rodovias, tanto federais quanto estaduais e municipais. Para nós, é inadmissível que o Estado
1392 invista vultosos valores em infraestrutura e depois entregue a manutenção para a iniciativa privada, a
1393 exemplo do que foi feito com as BRs 101 e 116 e do que estão pretendendo fazer, novamente, na SC
1394 401, na Ilha de Florianópolis, além dos rumores acerca da privatização dos portos catarinenses, depois
1395 dos enormes investimentos pelo Governo Federal nos últimos 6 anos, com ampliação e modernização da
1396 estrutura e gestão portuária.

1397 **3º eixo - Atuação em relação a solidariedade de classe**

1398 No eixo estratégico da solidariedade de classe, reafirmamos nossa concepção de classe trabalhadora que,
1399 para além da concepção clássica marxista de trabalhador assalariado, com objetivos e interesses
1400 imediatos comuns, é formada por todas as pessoas que dependem da sua força de trabalho para
1401 sobreviver: os trabalhadores de carteira assinada, os servidores públicos, os autônomos, os informais e
1402 todos aqueles que exercem atividades nas mais variadas formas de relações precarizadas de trabalho; os
1403 desempregados(as), os que atuam em autogestão e em processos de economia solidária; os agricultores
1404 familiares, os catadores de materiais recicláveis, os pescadores, os sem terra, entre outros milhões de
1405 homens e mulheres que lutam pela sua sobrevivência e a sobrevivência de sua família.

1406 Para a CUT, muito mais do que realizar ações unificadas com as entidades sindicais em torno de pautas
1407 relacionadas ao mundo do emprego, a solidariedade de classe se concretiza no compromisso com o
1408 conjunto dos trabalhadores, empregados ou não, do campo e da cidade, apoiando-os nas suas
1409 demandas, desafios e lutas por direitos que lhes garanta condições de vida digna. A solidariedade de
1410 classe passa se concretiza, também, no apoio a outros povos que sofrem todos os tipos de mazelas
1411 provocadas pela ganância, pelas guerras e boicotes internacionais, em especial os africanos, os asiáticos,
1412 os sulamericanos e os cubanos.

1413 Nesse campo de atuação, além das ações voltadas ao mundo do emprego e do trabalho, nossas lutas
1414 passam pelos atos e marchas; pelas mobilizações do 1º de Maio, do Dia Internacional da Mulher, do Dia
1415 dos Vitimados e Lesionados por Acidentes de Trabalho, entre outros.

1416 Como tática de atuação nesse campo, além das articulações específicas com o conjunto das entidades
1417 sindicais, temos o Grito dos Excluídos e a CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que envolvem o
1418 conjunto dos movimentos sindicais e sociais.

1419 Em relação ao **Grito dos Excluídos**, por conta do progressivo afastamento da Igreja, ainda que com os
1420 movimentos sociais e sindicais tenha sido a responsável pela organização e coordenação por muitos
1421 anos, a ponto de, em 2008, quase que se ausentar totalmente, a Coordenação dos Movimentos Sociais
1422 (CMS) Nacional vem discutindo a possibilidade de assumi-lo efetivamente. Diante disso e dos elementos
1423 pontuados nos balanços da 12ª Plenária e deste 10ºCECUT, assim como em virtude do grande público
1424 atraído pelos desfiles de 7 de setembro, deliberamos para que o movimento sindical cutista intensifique
1425 os atos do Grito do Excluídos, ainda que mediante a participação com pelotões próprios e/ou integrados
1426 no desfile oficial, expondo cartazes e faixas sobre as nossas bandeiras de lutas e, dessa forma,
1427 comunicando-se diretamente com a sociedade.

1428 No que se refere à **CMS** – Coordenação dos Movimentos Sociais, outra tática articulada há alguns anos
1429 pela Central com o objetivo de aglutinar o maior número possível de entidades e movimentos do campo
1430 democrático e popular em torno de ações conjuntas, ampliando nossa capacidade de intervenção na
1431 sociedade e no Estado, deliberamos para que a nova Direção Estadual da CUT SC continue com os
1432 esforços para rearticulação. Além disso, deliberamos para que a Direção Estadual intensifique a
1433 participação nos demais espaços criados pelas entidades do campo democrático e popular, pautando lá
1434 nossas bandeiras de lutas.

1435 Haja vista a prática antidemocrática do Governo do Estado, bem como o conjunto das demandas de
1436 todos os setores da classe trabalhadora catarinense, deliberamos para que a Direção da Central não
1437 poupe os esforços necessários na articulação de uma grande mobilização em torno de uma marcha
1438 estadual que, poderia se chamar “A marcha dos catarinenses”, a ser realizada na semana na pátria de
1439 2008 ou na semana do 1º de maio de 2009. O objetivo é reunir o conjunto das forças representantes dos
1440 trabalhadores do Estado, tanto entidades sindicais quanto movimentos sociais e populares, com pautas
1441 comuns e específicas de cada setor, com uma grande caminhada, iniciando na Via Expressa, passando
1442 pela ALESC e o Judiciário e culminando no Centro Administrativo.

1443 **4º eixo - Atuação cutista para o seu fortalecimento: organização e gestão**

1444 No quarto eixo estratégico de atuação cutista, que é **o seu fortalecimento interno**, temos os desafios
1445 da ampliação e fortalecimento do quadro de entidades filiadas, a formação e a organização da base, as
1446 estruturas materiais e humanas, as instâncias e os processos de organização e gestão democrática, os
1447 espaços de formulação e execução das várias políticas sindicais, que são a Direção Estadual, a Executiva,
1448 as Regionais e os Coletivos setoriais.

1449 **Quadro de entidades filiadas**

1450 No que se refere ao quadro de filiadas, os desafios da Direção para o próximo período passam pelas
1451 necessidades de fortalecimento da base, não só na formação sindical, mas também com a ampliação do
1452 número de entidades e/ou reaproximação de outras que há anos, por opção política dos seus dirigentes,
1453 estão dispersas, como o Sinergia, o SINTEC/SC, o Sindicato dos Jornalistas e o Sindicato dos
1454 Farmacêuticos do Estado de SC, inclusive aquelas levadas para a Central dos Trabalhadores do Brasil, a
1455 CTB, pelos dirigentes ligados ao PCdoB, sem que a discussão de desfiliação com a base tenha sido feita e
1456 aprovada com a participação de dirigentes cutistas.

1457 **Coletivo Estadual de Apoio e Criação de Novas Entidades Sindicais**

1458 Em relação ao Coletivo Estadual de Apoio e Criação de Novas Entidades Sindicais, criado pela a Direção
1459 Estadual no último período e deliberado na 12ª Plenária Estadual, este é estratégico no fortalecimento da
1460 CUT e, por isso, deverá ser assumido de fato pelas Coordenações dos Ramos, das Regionais, dos
1461 sindicatos de base estadual e do conjunto das forças cutistas, dada a necessidade de fortalecimento de
1462 sua base diante do novo cenário da organização sindical brasileira fomentado pelo recente
1463 reconhecimento jurídico das Centrais Sindicais que, além de conceder o direito de também receber parte
1464 dos recursos da contribuição sindical compulsória, fomentou a criação de novas Centrais Sindicais, e pela
1465 Portaria 186, do Ministério do Trabalho, que trata do cadastro das entidades sindicais, incluindo as
1466 federações orgânicas e/ou novas federações que venham ser criadas.

1467 A postura agressiva na busca de consolidação, tanto da UGT quanto da CTB, criadas nos últimos dois
1468 anos, demanda da Direção estadual da CUT, com a respectiva participação do conjunto dos dirigentes
1469 sindicais cutista, todo o empenho necessário na formulação de estratégias e na articulação das ações
1470 para a criação de novas entidades, assim como na reaproximação das entidades ainda filiadas, mas há
1471 muito ausentes das nossas políticas e ações, inclusive organizando oposições na base dessas entidades,
1472 pois para a CUT, a filiação de uma entidade sindical é um patrimônio a ser defendido contra ações de
1473 dirigentes sindicais que, ignorando a decisão histórica e desconsiderando a concepção política atual da
1474 sua base, se negam a um amplo e democrático processo de discussão.

1475 **Formação sindical**

1476 Outra política cutista de fortalecimento da base é formação sindical. A proposta do Mutirão de Formação,
1477 cuja metodologia fora reformulada e implementada em 2008, em especial na Regional Norte, que a
1478 implementou na íntegra, foi bem avaliada pelo Coletivo Estadual de Formação, que indicou pela sua
1479 continuidade.

1480 Em síntese, o Mutirão passa por três etapas: 1ª) Plenária Regional de Formação ou Reunião da
1481 Coordenação Ampliada da Regional; 2ª) Planejamento das Atividades pelo Coletivo Regional de Suporte
1482 ao Mutirão; 3ª) Execução das atividades de formação; 4ª) Avaliação continuada pelo Coletivo e
1483 Coordenação da Regional.

1484 A Plenária de Formação ou Reunião da Coordenação Ampliada em cada uma das Regionais é o início de
1485 todo o processo. Nelas, deve ser reunido o maior número possível de dirigentes, liberados ou não, de
1486 todas as entidades da Regional, para um dia de motivação mediante palestras e debates com dirigentes
1487 da Executiva Estadual, da Coordenação da Regional e/ou de outras instâncias cutista. É nessa primeira
1488 etapa que a Regional define pela realização ou não do Mutirão de Formação. Na opção de implementar,
1489 essa Plenária ou Reunião passa a ser não somente o momento de lançamento do Mutirão, mas também o
1490 de externar compromisso e cumplicidade com o processo e os resultados do mesmo.

1491 O Coletivo de Apoio ao Mutirão na Regional, formado por um dirigente de cada entidade, tem o papel é
1492 planejar e dar o suporte necessário na realização das atividades.

1493 Em relação as atividades, estas vão das discussões básicas de Concepção e Prática Sindical para os novos
1494 dirigentes, aos debates mais aprofundados sobre a concepção sindical cutista nos atuais desafios da
1495 sociedade, tanto do mundo do trabalho quanto da organização sindical e da vida em sociedade como um
1496 todo. São discussões sobre o funcionamento da sociedade capitalista, sobre o projeto de
1497 desenvolvimento em curso e o papel do Estado; sobre a história de organização e lutas dos
1498 trabalhadores. São discussões com temas mais específicas no campo da saúde do trabalhador, das
1499 negociações coletivas, da gestão sindical, das relações de gênero, de raça, juventude, etc., conforme as
1500 prioridades definidas em cada Regional na primeira etapa do Mutirão.

1501 Assim, deliberamos pela continuidade da proposta do Mutirão de Formação e pelo maior empenho do
1502 movimento sindical cutista catarinense em participar, também, nas atividades de formação promovidas
1503 pela Escola Sindical Sul.

1504 **Políticas setoriais: Mulher, Contra a Discriminação Racial e Saúde do Trabalhador**

1505 Em relação às políticas setoriais sobre raça e sobre a juventude, seguindo as orientações da 12ª Plenária
1506 Nacional, deliberamos pela **criação da Secretaria Estadual de Políticas para a Juventude**, da
1507 **Secretaria Estadual de Políticas Contra a Discriminação Racial** e da **Secretaria Estadual de**
1508 **Saúde do Trabalhador**.

1509 Por serem espaços democráticos de formulação das várias políticas da Central, estas Secretarias, assim
1510 como as demais políticas setoriais cutistas, devem manter seus Coletivos Estaduais, que são formados
1511 por um representante de cada Regional, por representantes dos Ramos e dos Sindicatos de base
1512 estadual. Devem, também, nos próximos dois meses, formular seus planejamentos estratégicos.

1513 Em relação às **políticas para a mulher trabalhadora**, sob a coordenação da Secretaria Estadual de
1514 Políticas para a Mulher Trabalhadora, além do debate em torno do novo homem e da nova mulher no
1515 processo de construção de um novo modelo de sociedade, assim como, além das lutas já encampadas
1516 pela garantia do acesso ao trabalho justo, com salários iguais aos salários pagos aos homens, ainda que,
1517 segundo o IBGE, com dados de 2006, a mulher seja a única responsável por 29,2% dos lares brasileiros,
1518 um crescimento grande, se comparado a 1996, que era de 21,6%, mas recebendo, em média, 16,6% a
1519 menos (21% na indústria) (FSP, 29/09/07), a CUT estadual encampará, também, os desafios de lutar
1520 pelo direito de creche a todas as crianças do Estado, mediante uma campanha específica; pelo
1521 estabelecimento de indicadores de geração de emprego para as mulheres nos diversos setores da
1522 economia; por indicadores de equidade de gênero para contratação, funções e ascensão profissional nas
1523 empresas, com prazos definidos e processos claros de avaliação com a participação dos trabalhadores/as;
1524 pela criação de um marco legal adequado em matéria de igualdade de oportunidades e de tratamento,
1525 que contemple todos os trabalhadores e trabalhadoras, incluindo os trabalhadores/as domésticos/as,
1526 temporários, rurais e migrantes; pela implementação de políticas afirmativas que coibam a discriminação
1527 de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual e deficiência nos espaços do trabalho e da sociedade;
1528 pela garantia legal da ampliação da licença maternidade e paternidade em todas as empresas e setores;
1529 pela garantia do aborto legal e seguro nas redes públicas de saúde; pela ampliação das políticas de
1530 combate à violência contra a mulher e estruturação das casas abrigo; pela criação de uma legislação e de
1531 um protocolo de extradição comuns para tratar dos casos de violência sexista nas áreas de fronteiras.

1532 Em relação às **políticas da CUT contra a discriminação racial**, com o acúmulo na discussão pelo
1533 Coletivo Estadual Contra a Discriminação Racial, a recém criada Secretaria Estadual de Políticas Contra a
1534 Discriminação Racial, além de incluir, na pauta do movimento sindical estudos, pesquisas e cláusulas que
1535 venham a contribuir para a construção de uma sociedade com equidade de gênero e raça, com igualdade
1536 de oportunidades para todos, tem como desafio lutar pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial;
1537 pela aplicação da lei 10639/06 que obriga os temas sobre história e cultura africana nos currículos
1538 escolares; e a sensibilização sobre as políticas de cotas.

1539 Em relação à **política cutista para a saúde do trabalhador**, reafirmamos o importante papel do
1540 Coletivo Estadual de Saúde do Trabalhador na formulação das discussões cutistas nesse campo, nas
1541 orientações e capacitações às entidades filiadas e nas disputas que faz nos vários espaços da sociedade e
1542 do Estado, como o Conselho Estadual de Saúde e o Fórum Estadual de Saúde do Trabalhador, as
1543 Audiências e os debates na ALESC, entre outras. Com essa percepção, deliberamos pelo empenho das
1544 entidades cutista em criar as condições necessárias para participarem nas reuniões e/ou atividades
1545 promovidas e/ou articuladas pela Secretaria Estadual de Saúde do Trabalhador, a começar pela
1546 participação nas reuniões do Coletivo Estadual, com os desafios de lutar pela aplicação do Nexo Técnico
1547 Epidemiológico Previdenciário; lutar pela constituição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, a

1548 partir das diretrizes aprovadas na III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador; garantir que as
1549 entidades filiadas assegurem nas convenções, acordos e contratos coletivos de trabalho cláusulas sobre
1550 saúde e segurança no trabalho; e criar um fórum intersetorial que articule os diversos representantes da
1551 Central nos conselhos e comissões tripartite e quadripartite a fim de discutir a intervenção cutista no
1552 campo da saúde.

1553 **Regionais**

1554 Ainda no campo da organização horizontal, ratificamos a reestruturação geográfica e organizacional,
1555 deliberada pela 12ª Plenária Estadual, das doze microrregionais em seis Regionais. Com um Regimento
1556 de organização e funcionamento, as Regionais terão como órgão de gestão e execução Plenárias
1557 Regionais, Coordenação Ampliada e Coordenação Executiva. Em relação ao funcionamento, destaca-se a
1558 importância da compreensão acerca das Plenárias Regionais, que devem ser assumidas pelos sindicatos
1559 locais, estaduais e ramos como grandes espaços de discussão política, reunindo todas as entidades
1560 filiadas na Regional com o conjunto dos seus dirigentes, liberados e não liberados, pois julgamos serem
1561 momentos privilegiados de discussão, formação e construção do movimento sindical na região e no
1562 Estado.

1563 Pelas instâncias que aprovaram esta reestruturação, deveria ser realizada, no prazo de um ano, uma
1564 avaliação, tanto geográfica quanto organizacional, inclusive do Regimento e da manutenção ou não da
1565 Regional Vale. Por ainda não ter sido feita, a deliberação do 10º CECUT é para que a nova Direção da
1566 Central desencadeie essa avaliação e faça os possíveis ajustes.

1567 **Comunicação**

1568 Em relação à política de comunicação, ao concebermos que esta, em vez de voltada aos interesses
1569 privados, deve ser tratada como bem público a serviço da democracia, como o “o lugar da discussão dos
1570 interesses políticos e, ao mesmo tempo, o pulso da democracia”, como afirma o sociólogo francês
1571 Dominique Woton, deliberamos pelo apoio à Conferência Nacional de Comunicação; deliberamos,
1572 também, pelo empenho da Direção em melhorar a nossa comunicação virtual, com matérias e
1573 informações atualizadas na página www.cut-sc.org.br e nos esforços para voltar a reimprimir e
1574 encaminhar às entidades filiadas a “Folha CUT”, que há mais de quatro anos deixou de ser impressa.

1575 **Gestão financeira**

1576 No que se refere à gestão financeira, insistiremos no diálogo político com as entidades inadimplentes,
1577 buscando ampliar a compreensão política e, com isso, o comprometimento também financeiro de seus
1578 dirigentes para as lutas da Central. Reafirmamos a importância da deliberação do 9º CECUT e da 12ª
1579 Plenária Estadual de realizar visitas, ao menos uma durante o mandato, a todas as entidades filiadas,
1580 assim como a deliberação de implementar o planejamento financeiro participativo, a ser feito a partir das
1581 prioridades estratégicas do planejamento político e com a participação da Direção Estadual, dos
1582 Coordenadores gerais e financeiros dos Ramos, das Regionais e dos Sindicatos estaduais.

1583 **Direção**

1584 Em relação à nova **Direção da Central**, reafirmamos a necessária clareza do compromisso político dos
1585 candidatos com a classe trabalhadora do Estado e do país ao dar seu sim para compor a Direção
1586 Estadual. Compromisso que deve ser assumido também pelos Ramos, indicando para a Direção e,
1587 principalmente para a Executiva Estadual, nomes dispostos a darem sua cota de sacrifício pessoal nos
1588 desafios de defender, representar e fortalecer as lutas cutistas junto aos vários Ramos e categorias nos
1589 quatro cantos do Estado. Dirigentes dispostos a assumir os debates, as negociações e, sobretudo, a
1590 articulação e mobilização da base cutista para os atos e campanhas protagonizadas pela CUT e/ou que
1591 for desafiada a estar presente.

1592 No que se refere à composição da **Executiva Estadual**, em que pese a importância das instâncias
1593 próprias específicas para cada política cutista, deliberamos para ser levado ao 10º CONCUT a discussão
1594 de alteração estatutária sobre a composição das Secretarias Executivas nas CUTs estaduais, propondo
1595 que a criação das Secretarias Executivas nos Estados não seja automática e imediatamente a partir da
1596 criação da Secretaria e implantação na Direção Executiva Nacional. Nossa proposta é para que a
1597 implantação ou não nas Estaduais seja deliberação das CUTs Estaduais, que deverão discutir a partir de
1598 critérios que, entre outros, considere o acúmulo do movimento sindical estadual na política cutista da
1599 Secretaria proposta, assim como as condições financeiras para a liberação dos titulares da pasta. Ou
1600 seja, sem confundir com políticas cutistas para os vários setores (organização sindical, formação, mulher,
1601 juventude, raça e políticas sociais, que devem ser assumidas por todas as CUT estaduais, independentes
1602 de terem ou não secretaria setorial), com exceção dos cargos de presidente, de secretário geral e/ou de
1603 finanças, as Secretarias Setoriais deveriam ser deliberadas pelas CUTs Estaduais, evitando, dessa forma,
1604 que se tenha Secretaria setorial e dirigente nomeado, mas que, sem acúmulo e/ou liberação, a política
1605 acabe ficando nas resoluções e na intenção do dirigente titular.

1606 **Organização vertical**

1607 Em relação à organização vertical, em que pese a importância do conjunto das federações oficiais e/ou
1608 orgânicas da CUT, algumas, por questões conjunturais, demandam em um ou outro momento a
1609 solidariedade das demais e/ou atenção especial não só da Direção Estadual, mas do conjunto do
1610 movimento sindical cutista. Assim, deliberamos em priorizar nossas ações no ramo da alimentação, com a
1611 reestruturação da FETRIAL, e da agricultura familiar, mediante o fortalecimento da FETRAF Sul/CUT-SC.

1612 No **setor da alimentação**, apesar do excelente desempenho econômico nos últimos dois anos, em vez
1613 de aumentar nossa base, acabamos perdendo uma entidade, deixando o ramo com apenas quatro
1614 sindicatos filiados, portanto, insuficiente para a manutenção da Federação, que exige no mínimo cinco.
1615 Com as estimativas de expansão da agroindústria catarinense nos próximos anos, cabe ao movimento
1616 sindical cutista uma ação estratégica para avançar no setor.

1617 Em relação à **FETRAF Sul/CUT-SC**, cujos sindicatos da sua base exerceram significativo papel na
1618 constituição da CUT estadual, além do apoio no processo de fortalecimento organizacional, a atuação do
1619 movimento sindical cutista passará pelos desafios de assegurar políticas de estímulo à produção de
1620 alimentos mediante a garantia de renda (política de preços e comercialização, etc.); pela articulação dos
1621 temas de segurança e soberania alimentar com os temas da sustentabilidade sócio-ambiental; e pelos
1622 debates em torno de um modelo alternativo de desenvolvimento pautado, também, na construção de um
1623 novo modelo de agricultura, que deve ser sustentável ambiental e socialmente, e em novas relações
1624 entre os trabalhadores da cidade e do campo, com consumidores mais organizados e conscientes.

1625 Fortaleceremos o **SINTE** e o **SINTESPE** nas lutas contra as políticas de Estado mínimo de LHS, exigindo
1626 a democratização do Governo e uma maior responsabilidade sobre o patrimônio público do nosso Estado;
1627 nas lutas pelo investimento em políticas públicas e sociais e pela melhoria dos serviços públicos da rede
1628 estadual. Lutas que passam pela incansável busca dessas entidades em assegurar o direito de
1629 negociação, pois a qualidade dos serviços públicos demanda, também, melhores salários e condições de
1630 trabalho para os servidores públicos.

1631 No **SINTE**, em que pese a conquista cutista no Congresso da entidade realizado entre os dias 11 e 13
1632 desse mês, em Chapecó, de mantê-lo filiado à CUT, após inúmeras investidas da Conlutas contra a nossa
1633 Central nos últimos 6 anos, temos como desafio não só ampliar nossas bases na categoria, mas também
1634 fortalecer suas lutas em torno da melhoria do sistema público estadual de educação e melhoria das
1635 condições de trabalho dos profissionais da educação. Nesse sentido, além de apoiar a categoria nos
1636 desafios e lutas, como a eleição direta para diretores e a melhoria nas condições de trabalho dos
1637 profissionais da educação da rede estadual, deliberamos pelo fortalecimento nas ações em defesa do

- 1638 cumprimento da lei que obriga o Governo do Estado a pagar o Piso Nacional de Salários, uma das
1639 maiores conquistas da categoria em âmbito nacional nos últimos 14 anos.
- 1640 Ratificamos nosso compromisso com o **SINTRAFESC** na campanha nacional dos servidores públicos
1641 federal em defesa da valorização dos servidores e serviços públicos mediante o aumento de
1642 investimentos no setor público. Investimentos que, entre outros, passam pelo cumprimento de todos os
1643 acordos firmados pelos servidores com o Governo; pela implantação da tabela única de remuneração na
1644 administração pública federal; pela paridade com integralidade entre ativos e aposentados/pensionistas;
1645 pela retirada dos Projetos de Lei 001, 092 e 248 do Congresso; pela aprovação da Convenção 151 da
1646 OIT; pelo reajuste dos benefícios (auxílio alimentação, auxílio creche, diárias e contrapartida do Plano de
1647 Saúde) e o fim do desmonte dos órgãos públicos, como Funasa, Inkra, Iphan, Ibama, entre outros.
- 1648 Apoiaremos os dirigentes da **FETRACOM** nas lutas pelo banimento do amianto e da lixidão à seco do
1649 mármore no Estado de SC; pela aprovação do PL 082/2003 (*que cria um anexo na NR 16 sobre a*
1650 *periculosidade dos canteiros da Indústria da Construção Civil e da Construção Pesada*) e do PL 2134/2003
1651 (*que assegura alimentação nos canteiros de obras*), além de continuarmos assessorando-os na realização
1652 dos Congressos, Plenárias, planejamentos e apoiá-los nos desafios de ampliação e formação da base.
- 1653 Apoiaremos a **FETESSESC** na criação de novas entidades no campo da saúde, na busca de novas
1654 filiações à CUT e à Federação e na articulação de oposições em algumas bases. Seremos parceiros,
1655 também, nas lutas por melhorias salariais e condições de trabalho, sobretudo com a implantação da NR
1656 32. Deliberamos apoio, também, nas lutas pelo reconhecimento dos profissionais técnicos de
1657 enfermagem; pela aposentadoria especial para os profissionais da saúde que estão expostos aos agentes
1658 químicos, físicos, biológicos e radioativos; pela aprovação do PL 2295/2000 – que estabelece jornada de
1659 trabalho de 30 horas semanais para os profissionais da enfermagem; pelo fim do PL 26 – que extingue as
1660 categorias de auxiliares, técnicos e parteiras; pelo piso nacional dos profissionais de saúde; pela
1661 ampliação da licença maternidade; e contra o Projeto do Ato Médico, que acaba com a autonomia dos
1662 profissionais da saúde, tornando crime a prática de vários cuidados hoje exercidos por muitos
1663 profissionais da área, deixando a população brasileira sem acesso a esses serviços.
- 1664 Apoiaremos a **FETRAM** nas lutas contra as terceirizações dos serviços públicos
- 1665 Com a **FEDESC**, mantemos nosso compromisso em continuar lutando pelo fechamento do comércio nos
1666 domingos e feriados, inclusive continuando o debate com o conjunto das categorias cutistas para não irem
1667 ao comércio aos domingos e feriados.
- 1668 Em relação à **FEM**, além das lutas pela consolidação da legalização da entidade e a ampliação da base,
1669 seja mediante a formação de chapas de oposições seja com a criação de novas entidades, apoiaremos o
1670 ramo na luta pela unificação das bases e pela conquista de um piso nacional para a categoria.
- 1671 Com a **FETEC**, os principais desafios cutista passam.....
- 1672 Deliberamos, também, pelo apoio ao **SINPRO** de Itajaí nos esforços pela ampliação do quadro de
1673 entidades do setor filiadas à CUT e nos desafios de coordenar e encaminhar as posições da categoria,
1674 tanto no plano institucional como nas questões mais gerais, assim como nas lutas específicas dos
1675 trabalhadores em educação, como a jornada de trabalho, saúde do trabalhador e assédio moral; lutar
1676 pela educação pública, gratuita e laica e de qualidade, compreendendo que o setor privado deve ser
1677 regulamentado; e lutar contra o capital estrangeiro, para que não haja risco das instituições de ensino
1678 privadas do país serem controladas por organismos internacionais e especuladores estrangeiros sem o
1679 menor compromisso com a qualidade da educação, com o desenvolvimento do país e com a melhoria da
1680 vida da nossa população.
- 1681 Em relação aos **assalariados rurais**, com a desfiliação da CONTAG à CUT efetivada no último dia 14,
1682 deliberamos para que a próxima Direção da Central retome a discussão em torno da organização da
1683 categoria.

1684 Por fim, em relação à organização sindical, temos a luta pela extinção da contribuição sindical
1685 compulsória que, a partir de setembro de 2008, com a publicação da Instrução Normativa nº 1, se
1686 estendeu também aos servidores públicos. A publicação desta Instrução Normativa, pelo Ministro do
1687 Trabalho, Carlos Luzzi (Partido Democrático Trabalhista), atendendo aos interesses de algumas Centrais
1688 Sindicais, acabou criando um mecanismo de pressão na organização sindical dos servidores públicos, pois
1689 as Confederações e Federações pelegas passaram a descontar um dia de trabalho dos funcionários
1690 públicos. Com posição contrária, tanto o SINTE quanto o SINTESPE entraram com uma medida judicial
1691 para não ser descontado dos servidores que representam. A CUT SC, contrária à contribuição
1692 compulsória, está comprometida com essa luta.

1693 Diante dessa investida contra a liberdade de organização sindical por parte de setores sindicais,
1694 deliberamos para ser pautado no 10º CONCURSO a realização de uma grande campanha nacional pela
1695 ratificação da Convenção 87 da OIT – sobre a Liberdade e Autonomia Sindical. Uma campanha mediante
1696 o diálogo direto com as bases, pois, ao contrário da maioria dos dirigentes, que dificilmente abrirão mão
1697 da arrecadação compulsória em favor de uma Taxa Negocial aprovada em assembléia, são os
1698 trabalhadores quem precisam de sindicatos fortes e representativos. Aos trabalhadores não interessa
1699 sindicatos dirigidos como máquinas burocráticas e/ou assistenciais engordadas pelo imposto sindical, mas
1700 afastadas da luta concretas por melhores salários e condições de trabalho e de vida.

“Despertar é Preciso

*Na primeira noite eles aproximam-se e colhem uma Flor do nosso jardim e não dizemos nada.
Na segunda noite, Já não se escondem; pisam as flores, matam o nosso cão, e não dizemos nada.
Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo o
nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, Já não podemos dizer nada’.*

Vladimir Maiakóvski

PLANO DE LUTAS

- 1701
- 1702 ➤ Contra as reformas da Previdência que retiram direitos;
- 1703 ➤ Contra as políticas de Estado mínimo em todas as esferas de governo;
- 1704 ➤ Contra a emenda 3;
- 1705 ➤ Contra o trabalho aos domingos e feriados;
- 1706 ➤ Contra o Banco de Horas e pela limitação das horas extras;
- 1707 ➤ Contra a privatização de empresas e órgãos da administração direta e indireta em todas as
- 1708 esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipais;
- 1709 ➤ Contra o empreguismo nas Secretarias Regionais do Governo do Estado;
- 1710 ➤ Contra a nucleação das escolas no meio rural e por uma educação diferenciada a partir das
- 1711 particularidades do mundo rural;
- 1712 ➤ Contra as pensões vitalícias inescrupulosas dos ex-governadores;
- 1713 ➤ Contra a criminalização dos movimentos sindical e social;
- 1714 ➤ Pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários;
- 1715 ➤ Pela ampliação das políticas públicas e sociais que garantam o acesso aos direitos fundamentais
- 1716 constitucionais a todos os brasileiros e brasileiras;
- 1717 ➤ Pela ratificação da Conv. 87 da OIT e contra os Interditos Proibitórios;
- 1718 ➤ Pela ratificação da Conv. 158, que proíbe as demissões imotivadas;
- 1719 ➤ Pela ratificação da Conv. 151 da OIT, direito de greve e regulamentação das mesas de
- 1720 negociação no serviço público;
- 1721 ➤ Pela revogação do Fator Previdenciário
- 1722 ➤ Pela ampliação e melhoria das escolas, hospitais, centros carcerários e melhores condições de
- 1723 trabalho para os profissionais da educação, saúde e segurança pública;
- 1724 ➤ Pela instalação da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina;
- 1725 ➤ Pela isenção das tarifas de energia elétrica para as residências com consumo de até 50kwh/mês;
- 1726 ➤ Pela instalação do piso salarial estadual;
- Pela unidade dos trabalhadores nos embates contra as forças do neoliberalismo e em defesa da construção do projeto de sociedade socialista;
- 1727 ➤ Pela ampliação e fortalecimento da CUT, democrática, de massa, proponente e combativa.
- 1728 ➤ Pela democratização dos meios de comunicação;
- 1729 ➤ Pelo combate ao êxodo rural mediante políticas agrícolas compatíveis às demandas do setor;
- 1730 ➤ Pelo pagamento do Piso Nacional dos Professores nas redes estadual e municipais de educação;
- 1731 ➤ Por uma lei que assegure a ultratividade dos Arcordos e Convenções Coleitivas de Trabalho;
- 1732 ➤ Por uma campanha nacional contra os interditos proibitórios;
- Por uma grande mobilização estadual – a Marcha dos Catarinenses – reunindo o conjunto das entidades sindicais e movimentos sociais do campo democrático e popular.

“Não nos impressionemos com os que estão lá em cima, pois o que parece altura, às vezes é apenas despenhadeiro” (Sêneca)

ANEXO 1 - Contribuição dos companheiros(as)..... ao 10º CECUT

Companheiros,

O texto que segue é uma contribuição ao 10º CECUT-SC que enfoca, a partir da conjuntura nacional, aspectos da situação em Santa Catarina e do papel da CUT em nosso Estado.

O cenário de Santa Catarina, como o de todo o país, está marcado pela crise econômica capitalista mundial alimentada por uma especulação financeira monstruosa. Principalmente os setores exportadores já começam a sentir os efeitos da retração das vendas e do crédito no mercado mundial. A Sadia, por exemplo, depois de perder R\$ 760 milhões em operações especulativas no mercado de Câmbio anunciou, em 20 de janeiro, a demissão de 350 funcionários para cobrir parte dos seus prejuízos. Segundo a FIESC “as vendas das indústrias catarinenses caíram em janeiro 8,04% em relação a dezembro e 6,46% na comparação com janeiro de 2008. Doze dos 16 segmentos ouvidos pela Federação registraram queda nas vendas em relação a janeiro do ano passado, principalmente os fabricantes de produtos metálicos (-37,12%), metalurgia básica (-28,39%) e celulose, papel e produtos de papel (-16,06) (...). Comparando o resultado de janeiro de 2009 com o de igual período de 2008, as horas trabalhadas na produção na indústria catarinense caíram 8,42%, com destaque para os setores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-22,17%), produtos de madeira (-20,34%) e produtos metálicos (-19,85%). Também registrou forte queda a utilização da capacidade instalada na indústria catarinense, que estava em 83,43% em janeiro de 2008 e retraiu para 78,62% no primeiro mês deste ano”. (fiescnet.com.br – 9/03/09). A resposta dos empresários foi demissão, tendo as grandes e médias indústrias catarinenses cortado 3.226 postos de trabalho em janeiro, o que representa uma queda de 1,44% no número total de empregos. A Embraco, indústria de refrigeração, de Joinville, que tem hoje 4,6 mil empregados, acaba de anunciar redução de salário e jornada dos trabalhadores. A diminuição varia entre 5,7 e 16% da carga horária e o desconto na folha salarial foi fixado em 5,7%.

A CUT não pode aceitar que os trabalhadores sejam penalizados pela crise, com redução de seus salários. Defendemos a urgente aprovação do Projeto de Lei de redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, a defesa da estabilidade no emprego é o dever elementar de todo sindicalista, tanto na mobilização nas fábricas e locais de trabalho atingidos pela onda de demissões, quanto cobrando do governo medidas efetivas de proteção dos trabalhadores. Neste sentido, a CUT Santa Catarina apóia a proposta de exigir de Lula uma Medida Provisória que proíba as demissões. A CUT/SC, junto com outras organizações, convocará no Estado o dia Nacional de Luta com mobilizações para 27 de março, como parte de uma jornada internacional “contra o capitalismo e a guerra”, colocando no centro o primeiro ponto da plataforma levantada pela CUT nacional em dezembro passado:

Nenhuma Demissão, Estabilidade no Emprego.

Lula, edite uma Medida Provisória que proíba as demissões.

Por outro lado, as isenções sangram os recursos públicos. Impostos não-recolhidos são embolsados pelos patrões e levam a cortes no Orçamento de hospitais, creches, ciência e tecnologia etc. Conquistas dos servidores e o Piso Nacional dos professores ficam ameaçados. E os prefeitos já enfrentam as consequências da “desoneração fiscal” na queda dos repasses federais e estaduais.

Os empresários e banqueiros já receberam mais de 360 milhões de reais. Esse dinheiro – que deixa de ser investido em Saúde, em Educação, investimento público direto que gere emprego, que pode faltar para honrar os acordos com os servidores e para o Piso Nacional do Magistério – vai para um saco sem fundo, não só no Brasil mas em todo o mundo, onde governos, como os dos EUA e da União Européia, dão bilhões e bilhões para os capitalistas e isso só provoca mais demissões e ataques às condições de

vida dos povos. O que é necessário são medidas que protejam os empregos e assegurem e ampliem os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores, gerando renda e poder de consumo dos assalariados.

Não é novidade pra ninguém que o governo estadual de Luiz Henrique tem atuado numa linha privatista (isso comprova o porquê de seu apoio ao tucano Geraldo Alckmin para presidente, em 2006) o que requer da CUT e dos movimentos sociais a defesa dos serviços e do patrimônio público.

A administração do HEMOSC/CEPON e do hospital de Joinville através de Organizações Sociais precisa ser revertido para que o dinheiro público investido não continue a ser tragado por taxas de administrações que beneficiam apenas empresas privadas, onerando os cofres públicos e desregulamentando os direitos constitucionais dos servidores públicos, que passam a ser regidos por contratos temporários.

A CUT lutará ao lado dos sindicatos de servidores e da população pela reversão do controle das OSs sobre estes órgãos da saúde pública de Santa Catarina.

A questão da implantação do pedágio na SC-401, por diversas vezes rejeitado pela mobilização popular tem reaparecido nos noticiários como uma das metas do governo privatista de LHS. Para o governo, com a introdução, pelo governo federal, de pedágios nas BR 101 e 116 nos trechos seus catarinenses, estariam criadas melhores condições políticas para que houvesse menos contestação ao pedágio na SC-401. A CUT SC reafirma sua posição contra todos os pedágios nas rodovias catarinenses – federais ou estaduais - e estará na linha de frente contra a instalação de todas as praças de pedágios privados, inclusive a que o governador quer instalar na SC-401. No que diz respeito aos pedágios na BR 101 e 116, a CUT exige do Presidente Lula que, de acordo com o seu discurso contra as privatizações na campanha pela reeleição, ele suspenda as praças de pedágios ainda não instaladas (como a de Palhoça) e revogue a que estão sendo já operadas pela empresa espanhola OHL, que não investiu um tostão na duplicação destas estradas.

Preocupa à CUT a situação difícil que vêm enfrentando os desabrigados e desalojados de Blumenau e região, atingidos pelas enchentes do ano passado. Muitas famílias ainda estão vivendo em abrigos ou galpões improvisados e outros ainda estão em casas de parentes, sem ter uma definição concreta de quando e como vão poder contar com um lugar para morar. A CUT-SC, que desde o primeiro momento convocou seus sindicatos filiados e a população a se solidarizar com as vítimas das enchentes, apóia a luta dos desabrigados por uma solução urgente para o seu drama, e exigirá das autoridades, dos prefeitos, do governo do estado e do Federal, os recursos para a reconstrução das casas destruídas, sem mais ônus para os que tudo perderam.

Para nós é inaceitável que a tragédia das enchentes sirva de pretexto ou alimento a sanha privatizadora de alguns governantes e a especulação imobiliária nessas cidades. O que nós queremos é a reconstrução da infraestrutura pública daquela região do estado e não o desmonte desta infraestrutura. No caso do Porto de Itajaí, o governo federal está investindo dinheiro público para recuperar sua capacidade operacional, e não podemos aceitar a proposta do prefeito de Itajaí em entregar o controle deste importante Porto, patrimônio público dos catarinenses, para iniciativa privada. Se essa proposta se mantiver, a CUT organizará com outros setores do movimento sindical e popular de nosso estado uma campanha contra a privatização do Porto de Itajaí, inclusive examinando a possibilidade de sua federalização.

Num momento em que o discurso dos defensores do “estado mínimo”, da “privataria geral” e do “mercado como indutor de riqueza e prosperidade” cai por terra pela crise econômica mundial, não podemos desconsiderar o lugar central que pode ocupar para os trabalhadores – a fim de salvar fábricas, empregos e salários - a bandeira da estatização de empresas ameaçadas de serem desativadas pela crise do mercado capitalista mundial. Neste sentido, o exemplo de luta dos operários da CIPLA, de Joinville, em ocupar por anos uma fábrica ameaçada de fechamento para salvar os empregos e garantir a produção, é algo que não pode ser desprezado pelo movimento dos trabalhadores de Santa Catarina e

do Brasil. Por isso, a CUT Santa Catarina considera que é preciso que o governo federal, estatize a empresa e dando uma solução para garantir os empregos e a fábrica funcionando. O próprio presidente Lula declarou, num Seminário Sobre Desenvolvimento, no dia 05 de março, em Brasília: “Será que os países ricos vão seguir só colocando dinheiro para salvar os bancos ou será que algum terá a coragem de, sem medo dessa palavra, estatizar os bancos, a fim de saneá-los e recuperar o crédito?”. Para nós é o mesmo com as fábricas e empresas, no Brasil e em todo o mundo, ameaçadas de quebrar e fechar.

Ao criar o IPREV (Fundo de Pensão dos servidores estaduais) o governador LHS colocou a aposentadoria dos funcionários públicos sob a ameaça do sistema de capitalização, o que significa dizer, da crise financeira mundial, que neste momento quebrou inúmeros Fundos semelhantes nos EUA, deixando os trabalhadores sem suas aposentadorias. Pior que isso, a instituição do Fundo de Pensão estadual está alimentando a criação de fundos idênticos por prefeituras municipais, como é o caso da Prefeitura de Florianópolis. A CUT SC propõe a revogação do IPREV e apóia a exigência do SINTRASEM de Florianópolis pela revogação do Fundo criado pelo prefeito Dário Berger.

A CUT assinou “NOTA PÚBLICA” proposta por diversos sindicatos de São José e da região de Florianópolis, e mais o vereador Battisti (PT), contra a reforma administrativa do prefeito Djalma Berger, de São José. O teor desta reforma (privatizadora de obras e serviços públicos, inchaço da máquina pública, desrespeito aos servidores públicos, etc) segue a cartilha do que foi apresentado pelo prefeito de Florianópolis no começo deste ano e que mereceu o repúdio de partidos e entidades populares. Ao que tudo indica há um “plano regional”, aonde se imbricam interesses de grandes empresas privadas e ambições eleitorais com vistas às eleições de 2010. Entre as estratégias deste “consórcio de prefeitos”, alimentado pelo governador LHS, ao que tudo indica está o fim dos contratos dos municípios com a CASAN (a exemplo da privatização de Palhoça), o aumento do controle monopolista de algumas empresas sobre os transportes públicos regionais e dependência dos municípios em relação a uma importante empresa do lixo, o que seria uma ameaça para a sobrevivência da COMCAP como empresa pública. A CUT se opõe a estes objetivos contra a população trabalhadora da região da capital, é contra a privatização da água através dos municípios (defesa da CASAN), defende a COMCAP e a municipalização do transporte coletivo e da coleta e destino final do lixo, e articulará seus sindicatos filiados para uma reação regional contra toda e qualquer investida articulada por parte deste “consórcio” de prefeitos que vise privatizar e encarecer o custo dos serviços e tarifas.

Por fim, a respeito da organização sindical, uma preocupação é a luta pela Extinção do Imposto Sindical, que agora está se revertendo até mesmo num elemento de pressão e confusão sobre os sindicatos do funcionalismo público, a partir da edição, pelo Ministério do Trabalho, da Instrução Normativa nº 1, de setembro de 2008. Encorajadas por esta Instrução Normativa, as Confederações e Federações pelegas estão começando a descontar dos funcionários públicos o Imposto Sindical, como está acontecendo em SC com a base do SINTESPE e outros sindicatos. Para superar a situação existente e arrancar a Liberdade e Autonomia Sindical plena, a CUT deve engajar-se decididamente numa Campanha Nacional pela Ratificação da Convenção 87 da OIT, dialogando diretamente com as bases (pois os dirigentes dificilmente vão abrir mão da arrecadação compulsória do Imposto Sindical em favor de uma Taxa Negocial aprovada em assembléia), pois são os trabalhadores os que precisam de sindicatos fortes e representativos, e não máquinas afastadas da luta concreta e engordadas pelo imposto sindical.

Elementos de Balanço da direção da CUT-SC

É preciso reconhecer que houve uma expansão do número de sindicatos filiados à nossa Central Sindical no estado, em especial no setor de alimentação.

No entanto, apesar do aumento da influência da CUT entre os trabalhadores deste importante setor industrial, não podemos desconsiderar que houve sérias dificuldades por parte da maioria da direção estadual em colocar a nossa central num lugar de destaque na luta contra a privatização do HEMOSC/CEPON e contra a criação do IPREV (Instituto de Previdência dos servidores estaduais), o que

abriu brechas para a política dos divisionistas do CONLUTAS e alguns sindicatos simpáticos à chamada “Intersindical”, ressuscitando inclusive o MUCAPE. E qual é o fundo destas dificuldades? No caso das mobilizações contra a transformação do HEMOSC/CEPON em Organizações Sociais, há uma verdadeira pressão que vem do governo Lula que constrange alguns dirigentes sindicais da ArtSind, uma vez que o governo federal está propondo no Congresso Nacional a criação de Fundações Privadas, mesmo que a CUT em nível nacional tenha se posicionado contra a criação destas Fundações. Igual constrangimento havia em relação ao IPREV, uma vez que uma das justificativas do governo Luiz Henrique era a de que a criação do Fundo de Pensão decorria de uma obrigação constitucional criada com a reforma previdenciária de Lula. Mesmo que essa justificativa de LHS não fosse verdade, como demonstraram os sindicatos de servidores, não deixa de ser real de que foram as reformas previdenciárias (que começaram no governo FHC, mas que infelizmente continuou no primeiro governo Lula) quem criaram as condições legais e políticas para a criação do LHS.

Fazer este balanço significa identificar a raiz política das dificuldades para buscar os meios de dotar a CUT-SC de uma real independência política em relação ao governo estadual de LHS, o que nos obriga, em algumas circunstâncias, e por coerência, a somar esforços em campanhas nacionais exigindo do Presidente Lula que reveja certas medidas de governo que conflitam com os próprios discursos eleitorais, como é o caso de por fim às privatizações.

A mesma pressão vinda do governo Lula se colocou em relação ao problema dos pedágios nas BR 116 e BR 101, senão como explicar que, mesmo a direção estadual da CUT-SC tendo posição unânime contra os pedágios, nenhuma campanha sistemática para impedir a privatização das rodovias catarinenses fosse realizada? Agora, mesmo que tardiamente, é importantíssimo que exista uma mobilização em curso contra a praça de pedágio em Palhoça, mas mesmo assim ainda não existe um engajamento pleno de todos os dirigentes e sindicatos cutistas e falta ao movimento uma perspectiva clara de exigir do Presidente Lula que cancele a privatização das rodovias. Novamente, neste caso, o governo LHS quer pegar carona numa política errada do governo federal para fazer passar sua política privatista, desta vez criando o pedágio na SC-401. O que LHS espera é que, em sendo o governo de Lula a introduzir os pedágios em SC, isso remova o obstáculo político e social para que não hajam sérias mobilizações convocadas pelos sindicatos cutistas contra o pedágio na SC 401.

Somente uma política independente da direção da CUT-SC será capaz de rechaçar as chantagens e os oportunismos do governador LHS, convocando os trabalhadores a lutar contra as privatizações do governo estadual, atuando sem constrangimentos em exigir do governo Lula que revogue as decisões que não correspondem ao mandato dado pelos 58 milhões de trabalhadores e jovens que o reelegeram em 2006.

Assim, para defender a nossa central no terreno de independência só há uma saída: combater os divisionistas que militam pela sua destruição e, dentro da CUT, combater intransigentemente para que a nossa central esteja na linha de frente das lutas, preservando total independência frente a todos os governos.

Assinam:

Célia Maria Campos – Diretora de Comunicação do SINTESPE

Claudionor Verediano da Costa – Secretário de Eventos do SINTESPE

Lourdes Maria Trentini – Servidora da Rede Pública Estadual de SC

Maria Cláudia dos Santos – Seretária Gral do SINTESPE

Mário Antônio da Silva – Presidente do SINTESPE

Maurício Rosa – Funcionário dos Correios – Oposição cutista e Suplente da Executiva da CUT

Maurino Silva – Diretor Financeiro do SINTESPE e Executiva da CUT SC

Renê Munaro - Servidor da Rede Pública Municipal.

ANEXO 2 - Contribuições da corrente sindical Esquerda Marxista: EM DEFESA DA CUT CLASSISTA E DE LUTA

A classe trabalhadora brasileira está diante de uma crise de superprodução de capital. Em outras palavras, não se trata de uma crise de crédito ou de subconsumo, ao contrário, trata-se de um ciclo de produção e acúmulo abundante de mercadorias e riquezas à custa da exploração da classe trabalhadora. Contraditoriamente, a supervalorização do capital gera uma diminuição da taxa de lucros, forçando a economia a retroceder, carregando junto os trabalhadores responsáveis pela cadeia produtiva. Aqueles que enriqueceram anteriormente, agora transferem para a classe trabalhadora a conta da crise, de maneira a manter seu capital acumulado.

Agindo de maneira deliberada para manter a taxa de lucros dos capitalistas, o Governo Federal investiu dinheiro público para “salvar” bancos e multinacionais, esperando contar com o “bom-senso” dos empresários em não demitir. Pois bem, as empresas que receberam dinheiro público, usando-o para pagar as indenizações trabalhistas e o FGTS, estão demitindo em massa. Empresas cuja atividade fim não foi atingida pelas repercussões da crise financeira estão utilizando-se dessa desculpa para alegar dificuldades de manutenção dos postos de trabalho e também anunciam demissões.

Enquanto a Força Sindical senta com os empresários para regatear e aceitar a redução de direitos, como nos acordos assinados com redução de salário e jornada, a direção da CUT aguarda as medidas do governo Lula, que reclama que os empresários continuam demitindo, apesar da diminuição de impostos e propõe... Mais diminuição de impostos! E sofrem os trabalhadores sem que se apresente um caminho nacional unificado para resistir.

Em Santa Catarina o governo de Luís Henrique da Silveira tem aprofundado as reformas do governo Lula no campo da Previdência, com a criação do IPREV. Na educação LHS tem desferido ataques violentos aos trabalhadores e seu sindicato. Mantém uma política de produtividade meritória (prêmio educar para quem está em sala de aula), acabando com a isonomia salarial e com o reajuste linear dos servidores públicos, desconto dos dias de greve, não dialogar em nenhum momento com o sindicato, impor a municipalização dos Centros de Educação Infantil e das Escolas de Ensino Fundamental (colocando em risco a carreira dos professores lotados nas unidades). Também entrou como signatário da ação direta de inconstitucionalidade que os governadores e prefeitos (a maioria da base aliada do governo Lula) entraram contra a lei do piso nacional do magistério.

Na saúde e segurança, a situação também é alarmante, pois o governo LHS tem utilizado da mesma política de transferir aos municípios a responsabilidade de oferecer e manter os serviços básicos e de média complexidade. Além de não conceder nenhum aumento salarial em seu período e de ameaçar não repassar a inflação do último período e de alegar possíveis dificuldades para pagar os salários dos servidores nos próximos meses por conta da crise financeira.

Em Florianópolis o prefeito Dário Berger tem implementado e regulamentado as políticas ditadas pelos governos Lula e LHS. Assim que assumiu o segundo mandato, o prefeito Dário Berger impôs, através da maioria na Câmara de Vereadores de Florianópolis, o “patrolamento” do Regimento Interno da Câmara e o princípio democrático do debate em torno de matérias polêmicas do interesse da população não realizando negociações com o sindicato da categoria sobre o projeto que privatizou a aposentadoria desses servidores, retirando-lhes a garantia do recebimento da aposentadoria, aumentando a alíquota de contribuição dos servidores. Também aprovaram o polêmico projeto de reforma administrativa que criou diversos cargos comissionados com o intuito de acoitar seus correligionários políticos. As consequências da aprovação das Reformas Administrativas são o corte da extensão de jornada e a negativa de reajustes à remuneração dos servidores efetivos. Dário Berger também não debateu com a comunidade em geral sobre outros dez projetos polêmicos que foram aprovados no período. Outro ataque desferido pelos governos Lula, LHS e Dário Berger são as terceirizações dos serviços públicos através de: fundações,

organizações sociais, contratação de empresas prestadoras de serviços pertencentes à correligionários políticos do mesmo partido – PMDB.

Em linhas gerais, a política de estado mínimo implementadas pelos políticos que hoje compõem as bases dos governos federal, estadual e municipal (a maioria dos municípios catarinenses pertencem a partidos coligados a nível nacional e estadual), está em curso: privatização e reformas para retirarem direitos da previdência dos servidores públicos e privados, lei de responsabilidade fiscal para justificar a ausência de não conceder aumento real a mais de uma década aos servidores públicos, precarização do serviço público com a ausência de concursos públicos para suprir as necessidades da população, terceirização de serviços de manutenção, limpeza pública, segurança, saúde, saneamento, abastecimento de água, e educação.

Neste sentido o **10º Congresso Nacional da CUT (CONCUT)**, a ser realizado em agosto deste ano, será fundamental para munir a central com uma política independente, organizar e mobilizar a classe trabalhadora para enfrentar os ataques dos patrões e a destruição dos direitos duramente conquistados.

Sabemos dos ataques que a CUT tem sofrido, com a política de cooptação do movimento sindical adotada pelo governo, que quer impor, em troca do reconhecimento das centrais, a generalização do imposto sindical - ou da sua outra forma, a taxa negocial - e arrastar a entidade para um pacto social, através da participação de sua direção em conselhos tripartites com governo e empresários.

Esta política tem levado à divisão do movimento, que é respaldada pelas posturas divisionistas do PSTU, PCdoB e PSOL, com a criação do Conlutas, da CTB, da Intersindical.

Na preparação dos CECUTs e CONCUT temos que realizar um debate centrado no fortalecimento da CUT e da sua capacidade de organizar e mobilizar os trabalhadores, mantendo sua independência frente ao governo e patrões, explicando de forma paciente que não há saída para a classe dentro do capitalismo, e que lutando para manter nossas reivindicações e direitos que estão ameaçados, temos que colocar como perspectiva concreta para a classe a **luta pelo socialismo**.

Há um vento revolucionário passando pela América Latina que pode oxigenar os trabalhadores no combate por suas reivindicações. Não podemos admitir a continuidade dessa paralisia política. Devemos mudar o rumo da CUT na luta contra as demissões, organizando paralisações, ocupações de fábrica e, se necessário, uma greve geral como ocorreu recentemente na França que mostre a força da classe trabalhadora e arranque as reivindicações.

Por isso as resoluções do próximo CONCUT devem preparar a Central para os desafios postos pela atual conjuntura política e econômica. A **Corrente Sindical Esquerda Marxista** apresenta desde já algumas de suas propostas para serem discutidas de forma ampla com todos os cutistas e lutadores preparando desde já as discussões e resoluções para o 10º CONCUT para impulsionar os trabalhadores para a luta!

Estas são as nossas propostas:

- ✓ Estabilidade no emprego;
- ✓ Estatização de toda empresa que demita;
- ✓ Reforma agrária já, terra para quem nela vive e trabalha;
- ✓ Ocupação das fábricas quebradas e luta pela estatização das mesmas!
- ✓ Contra todas as privatizações, re-estatização do que foi privatizado!
- ✓ Pela revogação imediata das Reformas da Previdência a nível federal, estadual e municipal, com o retorno do controle das aposentadorias ao tesouro público.
- ✓ Pela revogação das reformas administrativas a nível estadual e municipal;

- ✓ Pelo fim das terceirizações; isonomia (salários iguais, plano de saúde e estabilidade) para todos os terceirizados – rompimento dos contratos e administração direta pelo estado;
- ✓ Por uma educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis de ensino;
- ✓ Por concurso público imediato para a educação e saúde;
- ✓ Contra as municipalizações dos CEIs e EEBs e pela permanência dessas unidades educativas sobre o controle do governo do estado de Santa Catarina;
- ✓ Contra a privatização das rodovias, rompimento imediato das concessões com o fim dos pedágios pagos a estas empresas;
- ✓ Todo apoio à revolução venezuelana! Solidariedade aos trabalhadores que lutam pelas estatizações de fabricas.
- ✓ Retirada das tropas brasileiras do Haiti!
- ✓ Em defesa do povo palestino, ruptura com os sionistas de Israel!
- ✓ Rompimento do governo Lula com os partidos capitalistas!
- ✓ Por um governo dos trabalhadores do campo e da cidade!
- ✓ Luta pela construção do socialismo!

A **Corrente Sindical da Esquerda Marxista** e todos aqueles que assinam esta carta, se dirigem a todos os lutadores e militantes do movimento sindical, para convidá-los a participarem em 21 de março de 2009, na cidade de São Paulo, da Conferência Preparatória aos Congressos da CUT, para que de forma coletiva, possamos discutir livremente propostas, resoluções e um plano de lutas que muna todos os trabalhadores para enfrentar os ataques dos patrões que se intensificarão com o aprofundamento da crise.

WWW.MARXISMO.ORG.BR

SIGLAS

ALESC – Assembléia Legislativa de Santa Catarina
APRASC - Associação dos Praças de Santa Catarina
CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CCSCS – Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul
CECUT – Congresso Estadual da CUT
CEPON - Centro de Pesquisas Oncológicas (Hospital do Câncer)
CEPS – Concepção e Prática Sindical
CEREST - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CIPAS - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho
CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais
CNM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação
CONCUT – Congresso Nacional da CUT
CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTICOM/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (orgânica à CUT)
CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil
DC – Diário Catarinense
DGB - Federação Alemã de Sindicatos
FECESC - Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina
FEM/CUT – Federação dos Metalúrgicos (orgânica à CUT)
FETEC/CUT – Federação dos Bancários da CUT (orgânica à CUT)
FETESSESC - Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde de Santa Catarina
FETRACOM/CUT - Federação dos Trabalhadores na Construção e Mobiliário de SC (orgânica à CUT)
FETRAF SUL - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (orgânica à CUT)
FETRAM/CUT - Federação dos Trabalhadores da Rede Pública Municipal de SC (orgânica à CUT)
FETRIAL - Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (orgânica à CUT)
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FMI - Fundo Monetário Internacional
HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
LER/DORT - Lesões por Esforços Repetit/ doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PROUNI - Programa Universidade para Todos (Governo Federal)
RENAST - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
SDRs – Scretarias de Desenvolvimento Regional
SINDPREV - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina
SINJUSC - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina
SINPRO/Itajaí –Sindicato dos Professores da Rede Privada de Itajaí e Região
SINTAEMA - Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de SC
SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
SINTEC/SC – Sindicato dos Trabalhadores nos Correios
SINTESPE – Sindicato dos Trabalhadores os Serviços Públicos de Santa Catarina
SINTRAFESC - Sindicato dos Trabalhadores Serv Público Federal
SITIALI – Sindicatos dos Trabalhaodres na Indústria da Alimentação de Florianópolis
VALE – Companhia Vale do Rio Doce

DIREÇÃO ESTADUAL

Cargo	Nome	Sigla
Presidente	Neudi Antonio Giachini	SEC Xanxerê
Vice-Presidente	Sanção Souza Ferreira	SITICOM Balneário Camboriú
Secretário Geral	Paulo Roberto Gonçalves	SINTE-SC Florianópolis
Tesouraria	Liliana Piscki	SIND. MECÂNICOS Joinville
1º Tesoueiro	Maurino Silva	SINTESPE Florianópolis
Sec. Mulher Trabalhadora	Anna Julia Rodrigues	SINTE-SC Florianópolis
Seretaria de Formação	Adriana Maria Antunes de Souza	SINTRAF Coronel Freitas
Secretaria de Comunicação	Charles Pires	SINTRASEM Florianópolis
Secretaria de Política Sindical	Célio Alves Elias	SINTIACR Criciúma
Secretaria de Políticas Sociais	Maria Bárbara Righetto	SISERP Criciúma
Secretaria de Organização Sindical	Vilmar Kanzler	SITICOM São Bento do Sul
Suplentes da Executiva	Marilene Rossoni	SINTRIAL Concórdia
	Maurício Rosa	SINTECT São José
	Romero Souza	SINTRESC Capivari de Baixo
Direção	Ana Maria Roeder	SEC Jaraguá do Sul
	Ivo Castanheira	SEC Caçador
	Jair Antonio Niero	STR Concórdia
	Márcio Bitencourt do Nascimento	SINTRASEM Florianópolis
	Maria Salete Cross	SITESSCH Chapecó
	Sebastião de Souza Alves	SIND. METALÚRGICOS Joinville
	Vilmar Sizino Garcia	SIND. METALÚRGICOS Jaraguá do Sul
Suplentes da Direção	Clarice Erhardt	SINTE-SC Florianópolis
	Erni de Camargo	SINTRAF Pinhalzinho
	Jair Rozentaliski	SITICOM Caçador
	João Batista da Silva	SINMETAL Criciúma
	Lírio José Téo	SINTRAFESC Florianópolis
	Luiz Carlos Vieira	SINTE-SC Florianópolis
	Oswaldo de França	SINTE-SC Florianópolis
	Sandro de Oliveira	SEC São José
Conselho Fiscal - Efetivos	Ivanir Maria Reinsdörfer	SECEOSC São Miguel do Oeste
	Rogério Manoel Corrêa	SEEF Florianópolis
	Roseli Maria Ribas	SINTESPE Florianópolis
Conselho Fiscal - Suplentes	João Antonio Garcias	SINTE-SC Florianópolis
	Lael Martins Nobre	SEC Florianópolis

Coordenação do 10º CECUT

Adriana Maria Antunes de Souza
 Charles Pires
 Liliana Piscki
 Maurino Silva
 Neudi Antônio Giachini (Coordenação Geral)
 Paulo Roberto Gonçalves
 Sanção de Souza Ferreira



Objetivos

Garantir o direito de acesso das crianças de 0 a 5 anos em unidades escolares públicas (creches) garantindo uma educação de qualidade e proporcionando o bem estar social da família.

Ações a partir da CUT

- *Debater e proporcionar elementos aos dirigentes sindicais para viabilizarem os processos de negociação nas Convenções e/ou Acordos Coletivos e nas negociações junto aos Governos Federal, Estadual e Municipais;*
- *Dar publicidade a Campanha e seus materiais (Cartaz e cartilha);*
- *Proporcionar debates nas Regionais da CUT, envolvendo os movimentos sociais na região;*
- *Utilizar os meios de comunicação sindical para a divulgação da Campanha;*
- *Garantir acompanhamento periódico dos processos de negociação e garantia de acesso a Educação Básica;*

"Assumir a campanha não é somente ler esta cartilha, mas desenvolver ações que viabilizem o Direito à Creche aos filhos dos trabalhadores, homens e mulheres do campo e da cidade"